

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

JOSÉ GUILHERME DA SILVA DE OLIVEIRA

A “QUESTÃO SERVIL”:

O debate público acerca da escravidão no jornal Correio Paulistano de 1880 a 1888

Uberlândia

2023

JOSÉ GUILHERME DA SILVA DE OLIVEIRA

A “QUESTÃO SERVIL”:

O debate público acerca da escravidão no jornal Correio Paulistano de 1880 a 1888

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em História.

Orientadora: Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa

Uberlândia

2023

JOSÉ GUILHERME DA SILVA DE OLIVEIRA

A “QUESTÃO SERVIL”:

O debate público acerca da escravidão no jornal Correio Paulistano de 1880 a 1888

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de Graduado em História.

Uberlândia, 2023

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Marta Emísia Jacinto Barbosa
Instituto de História - UFU

Prof.^a Dr.^a Regina Ilka Vieira Vasconcelos
Instituto de História – UFU

Prof. Me. Diego Marcos Silva Leão
ESEBA - UFU

Dedico este texto aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais que fizeram muito mais do que seria espera de qualquer pessoa para permitir que essa monografia fosse feita. Quanto mais os anos passam mais e mais experiência da vida me dá mais eu entendo o grau de tudo que eles tiveram de se abster para que tudo isso fosse possível. Num nível de sacrifício e dedicação que não sei se um dia serei capaz de replicar. Se algum dia eu chegar a ser metade do ser humano que esses dois são, poderei considerar que me tornei uma pessoa boa.

Em segundo, quero agradecer a todos que estiveram nesse caminho e contribuíram para o debate que veio a se tornar esse texto. Nesse sentido quero agradecer a todos os integrantes do LABHECC, em especial a Nathalia e o Luan, esse segundo participou brevemente, mas nunca deixamos de ter contato, que além de serem pessoas maravilhosas nossas conversas renderam parte da metodologia aqui utilizada. E é claro a Marta e a Regina, mentoras do grupo de estudos que acabou virando um círculo de amizade e respeito que foi para muito além da 1H55.

E não podemos deixar de lado as pessoas que somaram nessa reta final e não me deixaram desistir tão perto de acabar, dentre as quais posso destacar minha namorada Andressa, que acabou aparecendo por acidente na minha vida e a fruto de encontros aleatórios, Julia Caroline e Elaíne Carmona por me acompanhar no dia a dia por muito tempo até sua partida para Belo Horizonte. Pessoas essenciais para que essa monografia fosse finalizada.

Também tenho de agradecer ao primeiro grupo de pessoas que me acolheu em Uberlândia, por mais aleatório que sejam, os punks da cidade. Em especial ao Igor por estar aqui todo dia no 50 comigo enquanto escrevemos e reclamamos do café horrível com gosto de pau e açúcar da lanchonete.

E tantos outros que não há espaço para mencionar aqui, mas que estavam presentes e acompanhando de perto todo esse processo. Tudo isso é uma construção coletiva, tanto das experiências acumuladas no curso de História, quanto dos historiadores do passado e das pessoas que encontrei na vida. Ninguém é uma ilha para viver e construir tudo isolados, agindo juntos nos apoiando uns nos outros chegamos bem mais longe do que podemos imaginar.

“Tenha fé, porque até no lixão nasce flor”
(RACIONAIS MC’S, 2002)

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar o discurso político da elite paulista sobre os rumos a serem tomados nos anos finais do regime escravista, utilizando-se do jornal Correio Paulistano como fonte pelo seu papel na sociedade paulistana da época de ecoar as vozes do que no momento era considerado um pensamento moderno e progressista. Problematizando o dito “progressismo” liberal que de 1882 em diante começou a se colocar como abolicionista. Uma das questões centrais se tornou então em entender que tipo de abolicionismo era esse? O que ele pregava e condenava? Quais os medos e anseios que levaram a elite política e econômica a apoiar a abolição juntamente com programas imigracionais? Utilizamos os relatórios do Ministério da Justiça, assim como o jornal Correio Paulistano, periódico que representava a elite “progressista paulista em conjunto com a bibliografia para traçar o contexto de ebulição social em que o país, e sobretudo a província de São Paulo que era o centro econômico e escravagista da nação, se encontrava. E como essa efervescência tanto apareceu como desapareceu do periódico e ajudou a traçar os rumos políticos, de ano a ano, por ele seguido durante o período.

Palavras-chave: Correio Paulistano; escravidão; abolição; imprensa

ABSTRACT

This work aims to analyze the political speech of the São Paulo's elite class about the directions taken in the final Years of the slave regime, using the newspaper Correio Paulistano as a source to his role in São Paulo Society at the time echoing the voices of what was at the time considered modern and progressive thought. Problematizing the so-called liberal "progressivism" that from 1882 onwards began to position itself as abolitionist. One of the main questions here is understanding what kind of abolitionism was this. With fears and wishes led the political and economical elite class to support slavery abolition along with immigration programs? We used reports from the Ministério Jutiça, along with the journal Correio Pualistano the representative of the progressist Paulist elite, in conjunction with the bibliography to outline context of social upheaval in which the country, and especially the São Paulo province, which was the economical and slaver center of the nation. And how this effervescence both appeared and disappeared from the newspaper and helped to trace the political course, from year to year, that it followed during the period.

Keywords: Correio Paulistano; slavery, abolition, press

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	População penal da Corte 1880 a 1888	21
Tabela 2 -	Valor de Mercado dos escravizados em 1885	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: DO TERROR E DA TINTA	3
1.1 Da desordem e do terror	3
1.2 Da tinta e da palavra	15
CAPÍTULO 2: DA COLÔNIA E DA REVOLTA	22
2.1 1880-1884: O futuro colonial de um país colonizado	23
2.2 1885-1888: façamos a abolição antes que o povo a faça	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	69
FONTES	71

INTRODUÇÃO

Inicialmente o objetivo desse trabalho era a análise de anúncios de fugas e sublevação de escravizados na imprensa da década de 1880 e como eles foram se alterando até o ano da abolição. Mas ao examinar os jornais outras questões começaram a se sobressair e tomaram a frente do recorte. A primeira o quão esparsas e pontuais eram as matérias sobre revoltas, contrariando a bibliografia a respeito do mesmo período que apontava para uma forte efervescência social. A pequena quantidade de matérias acabou levando à busca de outras fontes, e assim os relatórios do Ministério da Justiça entraram em cena. Como o órgão centralizador do aparato de repressão imperial seus relatórios eram o lugar perfeito para traçar um retrato aproximado da criminalidade escrava durante os anos finais do Império.

De forma que os resultados obtidos através da análise dos relatórios foi cruzado com as notícias do jornal Correio Paulistano. Periódico escolhido por representar a elite progressista paulistana. E dado o aberto progressismo do jornal, o que ocasionava seu silêncio a respeito dos constantes movimentos de escravizados? Sobretudo na província de São Paulo, que naquele momento era o coração do escravagismo no Brasil necessitando de uma população cativa crescente para manter seus cafezais ativos. E como centro da escravidão era também, como apontado tanto pelos relatórios do Ministério da Justiça, quanto pela bibliografia, como uma das áreas de maior incidência de sublevação escrava em todo o país.

O Correio Paulistano foi o primeiro jornal diário da província de São Paulo que durou de 1854 até 1963 com algumas pausas pequenas pausas de publicação. Originalmente se tratava de um periódico conservador, mas ao longo de sua vida foi se consolidando, ainda nas suas primeiras duas décadas de existência, como o principal meio de comunicação das elites progressistas de São Paulo. Sendo um grande formador de opinião pública não apenas com seus editoriais, mas também com as cartas dos leitores, uma inovação à época, sendo publicadas na “Seção Livre”. De forma que conseguimos ter acesso tanto as opiniões do jornal, quanto de seus consumidores e dos políticos que tinham seus discursos publicados na íntegra¹. Configurando assim, uma fonte abrangente para analisarmos o autointitulado “progressismo” liberal paulista do século XIX.

E mesmo neste jornal progressista e abertamente abolicionista houve a tentativa de abafar os casos correntes de revoltas que tomavam de assalto sobretudo a região do Vale do

¹ Arquivo Público do Estado de São Paulo (2013)

Paraíba e nesse momento os cafezais paulistas se expandiram para o Oeste. Os fazendeiros do Oeste Paulista tentavam se estabelecer sem sofrer da constante e crescente violência que assolava o Vale do Paraíba. Assim há uma divisão entre os lavradores “progressistas” do Oeste e os escravagistas do Vale. E o Correio Paulistano que advogava pela causa dos progressistas, em favor da modernização do modo de produção brasileiro.

Assim, nesse texto analisaremos sobre o que consistia o progressismo na sociedade paulista do século XIX. Utilizaremos então, o jornal que expressava as opiniões da autointitulada vanguarda intelectual brasileira para entender seu discurso, o que pensavam, o que almejavam, porque tentaram apagar as lutas dos escravizados, e sobretudo qual seria a saída para a crise da questão servil? Mesmo sendo abolicionistas que tipo de abolição era defendida e qual era criticada, como deveria se dar, pelo pensamento da elite, esse processo de transição entre o trabalho forçado e o trabalho livre? E quais caminhos eles tomaram ao ver suas ideias falharem?

As fontes analisadas foram em sua integralidade acessadas digitalmente. O Correio Paulistano estava disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, que disponibiliza jornais, revistas, anuários e boletins arquivados pela Biblioteca Nacional de forma digital. E com *Optical Character Recognition* (Reconhecimento Ótico de Caracteres, popularmente conhecido como OCR) que permite a busca por palavras e termos específicos, facilitando a pesquisa.

Os relatórios do Ministério da Justiça também estavam disponíveis de forma digital. Onde os microfilmes da Biblioteca Digital estavam hospedados, também com *Optical Character Recognition*, no Center for Research Libraries. Que centraliza, digitaliza e distribui documentos das bibliotecas membros do consórcio. Esses só foram possíveis de serem utilizados na pesquisa devido ao hábito de salvar e catalogar documentos. Porque eles saíram do acervo durante a pesquisa, voltaram a ser acessíveis novamente e no momento da finalização do texto estavam fora do ar novamente. Sendo assim, só estão disponíveis nos microfilmes da Biblioteca Nacional.

Ambas as fontes principais do texto foram descobertas para a produção de um artigo de Brasil IV, que foi deixado de lado por dois anos no Google Drive. Matéria ministrada por Ana Flávia Cernic Ramos que tirou um tempo durante a aula para demonstrar como pesquisar tanto na Hemeroteca Digital Brasileira, quanto no Center for Research Libraries. Desse artigo inicial, onde vários jornais da região de São Paulo eram utilizados, quase nada foi aproveitado além de uma matéria do Correio Paulistano que depois se tornou o caso do Delegado Abolicionista de Pirassununga e duas notas do Ministério da Justiça.

Por mais que a infinidade de documentos digitais disponíveis na *internet* dêem a impressão de perenidade do acesso à essas informações, é importante lembrar que os servidores que as hospedam não duram para sempre, um sujeito descuidado pode derramar um líquido no lugar errado, pode haver um curto circuito, informações podem ser censuradas e uma infinidade de outros acontecimentos conseguem tornar inacessível dados que até pouco tempo eram tidos como garantia. Mesmo instituições vistas como consolidadas, como o CAPES, só precisou de um governo extremamente neoliberal para ter seu acervo colocado em risco. A ampla disposição informacional da *internet* nos faz esquecer que praticamente não há esforços para armazenar e documentar o que a quantidade estorrecedora de dados produzida diariamente. Dos quais o que mais se destaca é o Internet Archive, que mesmo com seus esforços de preservação admite que não é capaz de documentar toda a rede.

E por isso, é importante que nessa era digital, o historiador se aproprie da facilidade e baixo custo da criação e manutenção de acervos digitais coletivos e pessoais tanto para facilitar futuras pesquisas, quanto para se resguardar de que ela seja abortada no meio por documentos subitamente que saíam de seu alcance. Como quase aconteceu com o primeiro capítulo desta monografia com a instabilidade da disponibilidade dos Relatórios do Ministério da Justiça.

Um dos pontos de inquietação sobre onde começar a escrita desse texto seria a necessidade de fazer ou não um debate acerca da ideia de inação das pessoas mantidas em regime escravo no recorte. Foi decidido que não seria feito sobretudo a partir dos textos da Maria Helena Machado, cujos trabalhos foram a principal referência bibliográfica utilizada. Entendendo então, que ainda na década de 1990 e começo da de 2000 autoras como Machado e Célia Maria Marinho de Azevedo já haviam superado a discussão da inação e do abolicionismo romântico através do estudo dos movimentos sociais que culminaram na abolição.

Outra autora importante, mas que não necessariamente aparece no corpo do texto é a Déa Fenelon, que é uma referência não por trabalhar com a mesma temática, mas pelas contribuições na formação da metodologia utilizada na análise das fontes e na escrita do texto. Nesse mesmo sentido, a orientadora dessa pesquisa, a professora Marta Emísia Barbosa, tem de ser referenciada. Porque ao mesmo tempo que ela ocultou suas produções sobre imprensa, não as recomendando para a leitura em movimento, a mesma contribuiu imensamente para a metodologia de pesquisa em jornais através das reuniões de orientação. Demonstrando desde o início a familiaridade e a prática do manuseio deste tipo de fonte.

E por fim precisamos falar da linha teórica deste que vos escreve. A formação historiográfica se deu não apenas na graduação, mas sobretudo na sala 1H55 nas reuniões do

Laboratório de História Social, Educação, Cultura e Comunicação (LABHECC). E no LABHECC as professoras Regina Ilka e Marta Emísia Barbosa acabaram formando não apenas um, mas vários historiadores sociais. Linha de pesquisa que acabaria seguindo em algum momento da vida, não necessariamente tão cedo quanto a graduação, porque a materialidade bate à porta e não dá para ignorar as batidas tentando sobreviver numa realidade caótica criada pelo capitalismo tardio.

Como todas as monografias de ex-membros do LABHECC, ela veio das inquietações que perturbavam uma turma de historiadores em formação na cidade de Uberlândia, que por conseqüências produziram uma série de produções que eram tanto um trabalho historiográfico, quanto um desabafo extremamente metódico do que os perturbavam em seu dia à dia. Tanto esse quanto os outros trabalhos que de lá saíram estavam tão arraigados à realidade material e as possibilidades que o agora oferecia quanto às ações e produções sujeitos que aqui estudamos.

E a partir dessa realidade cotidiana que as perguntas foram formuladas as fontes, não de uma forma teleológica, mas sim no sentido que toda geração de historiadores têm suas próprias questões particulares para com o passado. Restringidas por seu tempo, sua realidade, que não necessariamente responderão aos próximos historiadores e por isso serão no futuro criticados. Esperamos que não por falhas metodológicas e teleologismo, mas as críticas são inevitáveis em trabalhos produzidos por sujeitos imperfeitos em suas realidades imperfeitas.

E é a partir dessa historiografia fundamentada no materialismo histórico que essa pesquisa foi executada. Ao prosseguir com a leitura não espere a análise de representações ou de indivíduos isolados nas páginas dos jornais. Estaremos estudando sujeitos em seu tempo histórico, em que ninguém tem a capacidade de estar à frente do seu tempo. Onde a realidade material e as possibilidades por ela apresentada norteiam as ações dos sujeitos. Utilizando-se também do conceito braudeliano de História Total para entender as mudanças e permanências do discurso da elite paulista no recorte de 1880 a 1888, ligando-os não só com a realidade de São Paulo, como também do restante do país e também do exterior para compreender suas ações em seu tempo.

DO TERROR E DA TINTA

Da desordem e do terror

O Brasil na década de 1880 havia se tornado um barril de pólvora prestes a explodir a qualquer momento. Não haviam muitas certezas para qual rumo o recém independente país iria navegar, mas era claro tanto para a elite, quanto para a população em geral que a instituição que carregava estrutura do Estado e da sociedade brasileira nas costas estava ruindo diante dos olhos de todos.

Nas duas décadas anteriores à assinatura da Lei Áurea a escravidão vinha perdendo sua legitimidade e a pressão social pelo seu fim aumentara. Fugas e revoltas aconteciam a torto e a direita, se tornando cada vez mais numerosas quanto mais nos aproximamos de 1888. Contando não apenas com a participação de pessoas escravizadas, mas também de livres, forros e até mesmo brancos. Com a fissura social acerca da temática se alastrando dentro da própria estrutura burocrática imperial.

Ainda na década de 1870 os cativos perceberam as sinalizações do governo tendo em vista uma gradual abolição do trabalho forçado. Criando neles a expectativa de melhorar suas condições materiais atuais e conseguir a liberdade em um futuro próximo.² Assim houveram diversas transformações na forma de se lidar com o trabalho no Brasil devido tanto a intervenção estatal quanto a pressões dos próprios cativos que tomavam ações para conquistar o mínimo de espaço possível dentro de sua condição. Antes de discutir as estratégias dos negros vamos trabalhar as mudanças legais que facilitaram estas negociações por mais “espaço pessoal”.

A mais gritante se deu com a Lei 28 de setembro de 1871 que foi uma resposta ao questionamento profundo da ordem escravagista ocorrida com a participação de escravizados na Guerra do Paraguai. Em uma contradição profunda onde a mais baixa ralé foi responsável por salvar o país. A nova legislação deu garantias legais aos escravizados e obrigações dos senhores para com eles. Das quais sobressai evidente sendo o dito *Ventre Livre*, termo utilizado popularmente para se referir a legislação. Que assegurava a liberdade dos filhos de mulheres

² FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade: Histórias e trajetórias de escravos libertos na Bahia, 1870-1910.** Orientador: Robert W. Slenes. 2004. 355 p. Tese (Doutorado História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas SP, 2004.

escravizadas nascidos a partir da data da Lei. Colocando um fim, mesmo que lento e sem data exata horizonte na escravidão. De forma que ou as crianças ficariam sob tutela do senhor genitor até os 21 anos de idade. Com o trabalho neste tempo servindo como indenização, ou então entregá-lo aos cuidados do Estado em troca de uma indenização no valor de 600\$000. Impondo a tutela dos menores juntamente com a fiscalização pelo governo a respeito da sua qualidade de vida e possibilidade de tirá-los da guarda do responsável. Mas junto com promessas futuras de liberdade veio também obrigações que mudaram a dinâmica do trabalho.

O texto da lei trazia a obrigatoriedade do senhor aceitar o pecúlio, a poupança que o cativo juntou com seu trabalho excedente, deveriam ser relativamente bem tratados e assegurava o papel do Estado dentro das relações senhoriais privadas. De tal forma que se tornaram comuns fugas em busca da polícia para a denúncia de maus tratos e assassinatos.

Situações que poucos anos antes a notícia não passaria das porteiras da fazenda ou no máximo boatos da crueldade de um senhor específico. Também tornou-se preferível entregar-se nas delegacias após cometer crimes do que ficar à mercê da justiça privada senhorial. Com os acontecimentos de assassinato de feitor, sucedidos de se entregar as autoridades, em específico sendo muito recorrentes nos relatórios do Ministério da Justiça da década de 1880.

Termo de Casa Branca. No dia 1º de fevereiro desde anno quatro escravos, pertencentes a José Antonio Ferreira, apresentaram-se ao delegado, declarando ter assassinado o feitor da fazenda, Joaquim Mendes, ficando feridos dous dos ditos escravos.

Aguardam-se mais minuciosas informações sobre o facto.³

Os ataques a feitores tornaram-se comuns à medida que os senhores saíam da linha de frente do manejo da escravatura com o aumento da violência e colocam terceiros como bucha de canhão para as revoltas. Assim blindam-se das agressões com a raiva pelos maus tratos sendo direcionadas aos feitores e administradores que diretamente se envolviam na lida dos trabalhos e punições e o senhor podia permanecer na sua posição paternalista para onde os cativos recorriam para resolver conflitos antes de começarem a procurar a polícia.

Mas para entender o acirramento de tais relações precisamos voltar à discussão das mudanças na lógica de trabalho na década de 1870. Walter Fraga Filho pinta no Recôncavo Baiano um cenário, que podemos extrapolar com alguma precisão, dos conflitos que se dão nas relações trabalhistas dentro das fazendas. Houve aos trancos e barrancos nas décadas anteriores a abolição a criação de certos espaços de autonomia e práticas que a escravatura entendia como

³ Ministério da Justiça (1880 e 1881, p. 38).

seus direitos, alguns dos quais foram consolidados na Lei 28 de setembro de 1871 e por essa razão é possível crer que é possível expandir o quadro do Recôncavo Baiano para relações para além da região.

Houve neste cenário o desenvolvimento de atividades autônomas pelos cativos, uma vez que as fazendas tinham certos recursos naturais e espaços desocupados que podiam ser explorados em domingos e dias santos onde não era comum o trabalho para o senhor e também haviam as pessoas que dominavam algum ofício e podiam vender seus serviços externamente em dias de folga. Dessa forma haviam naquelas propriedades roçados e criações de animais que podiam ser utilizados tanto para a subsistência, uma vez que a alimentação não costumava ser lá das mais ricas, ou então para venda dentro e fora das propriedades visando a compra de bens pessoais ou o acúmulo do pecúlio. Tais empreendimentos eram por vezes feitos em parcerias com escravizados de fazendas vizinhas sob o sistema de meias, que revezavam os cuidados da roça e manejo dos animais. O que por tabela estreitava laços e criava um senso de comunidade entre as senzalas da região. Também ajudando a entender a permanência de certas famílias nas fazendas após a abolição por desenvolverem um sentimento de direito sobre aqueles pequenos pedaços de terra e frutos de seu trabalho⁴.

Assim haviam benefícios mútuos para essa relação, os senhores tinham seus custos de manutenção barateados e as senzalas tinham acesso a bens e serviços que estavam fora das bonificações senhoriais. E dessa forma, com a necessidade de escoar esta pequena produção as comunidades regionais de negros iam se formando em mercados e feiras, o que garantia o trânsito dentro e fora de suas fazendas, criando novos laços sociais que eram estreitados em festejos, casamentos e batizados. De tal forma que por mais isoladas que as senzalas se pareçam à primeira vista, seus tentáculos sociais se estendiam para muito além das fronteiras das propriedades em que residiam. Com informações sendo prontamente distribuídas nestes espaços de convívio social coletivos, sendo retransmitidas e debatidas nas senzalas. Nas quais seus habitantes estavam sempre de olhos e ouvidos abertos para a situação política em que se encontravam e prontos para tirar proveito de qualquer espaço aberto para melhorar sua condição material imediata, mesmo que isso não significasse necessariamente liberdade.

De forma que a persistência de tais práticas garantiria formação de laços sociais fortes, que por sua vez acarretou casamentos e a manutenção numérica da população escravizada em

⁴ FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade: Histórias e trajetórias de escravos libertos na Bahia, 1870-1910.** Orientador: Robert W. Slenes. 2004. 355 p. Tese (Doutorado História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas SP, 2004.

um Brasil onde já não se podia mais importar esta mão de obra. Sendo comum membros da mesma família trabalharem na mesma fazenda ou região. O que acabava por vezes acarretando na resistência da venda de membros da comunidade para outras províncias, por mais que isso ainda acontecesse como vemos no caso do aumento do número de pessoas escravizadas com a expansão agrícola em regiões como o Oeste Paulista e o Recôncavo Baiano. A venda e a separação da comunidade também poderiam ocorrer como punição e era por vezes um destino tão severo que o desenraizamento aparece nos relatórios do Ministério da Justiça na tabela de suicídios era contado como um dos dois motivos listados para justificar que um cativo tirasse sua vida. A manutenção dessa ligação social, o vínculo com a pequena terra de uso próprio, a venda do trabalho e as bonificações por trabalhar em domingos e feriados são até aconselhadas por Pedro Calmon para manter os plantéis felizes e evitar revoltas⁵

Voltando aos crescentes e constantes conflitos onde os senhores saíram do front e colocaram feitores em seu lugar grande parte deles se dava pelo cerceamento dos poucos direitos e liberdades que haviam sido conquistadas e tidas pela escravatura como costumes garantidos nas décadas anteriores. Havia um grande sentimento de indignação com a perda das possibilidades de melhoria imediata de vida e da compra da sua própria liberdade através do trabalho externo. E por isso tornou-se uma punição preferível e mais utilizada pelos feitores. Até porque além de poder prejudicar mais os planos da vítima também reduzia a possibilidade de intervenção governamental nos negócios da fazenda por denúncias de maus tratos.

De forma que o excesso de trabalho para além da punição por si só é também fortemente requisitada para o aumento da produtividade devido ao contínuo aumento da escassez de mão de obra servil conforme a década de 1880 vai avançando. Assim o aumento da carga de trabalho se torna necessária para a manutenção da produtividade. Há neste momento um aumento da contratação do serviço livre. Que por vezes se recusa a cumprir as tarefas mais pesadas, o que resulta no recalçamento do trabalho forçado para essas áreas e os consequentes conflitos e fugas. Tanto que no Recôncavo Baiano as fugas estão correlacionadas com a época do corte e moagem de cana onde havia aumento da cobrança da qualidade e quantidade de serviço⁶. Acarretando num desencontro violento entre a classe servil e a classe senhorial.

⁵ FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade:** Histórias e trajetórias de escravos libertos na Bahia, 1870-1910. Orientador: Robert W. Slenes. 2004. 355 p. Tese (Doutorado História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas SP, 2004.

⁶ FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade:** Histórias e trajetórias de escravos libertos na Bahia, 1870-1910. Orientador: Robert W. Slenes. 2004. 355 p. Tese (Doutorado História) - Instituto

Entretanto, não estamos aqui demonizando os feitores e afirmando que estes tomavam apenas o lado senhorial. Na década de 1870 e 1880 aumentou a promoção de libertos e até mesmo escravos de confiança na posição da feitoria. E por muitos terem vindo ou serem da mesma classe que agora tem gerência é de se esperar que como realmente é relatado nas fontes eles tenham alguma empatia e intercedam por aqueles eram forçados a trabalhar. Assumindo dessa forma a posição de intermediação entre os interesses díspares, chegando a ocultar possíveis erros e insultos cometidos pelos cativos, e em certos casos chegam até a posições de liderança que incomodam o senhoreado.

Não resolvendo seus problemas com os feitores de início as pessoas escravizadas ainda recorrem à hierarquia tradicional e buscam os senhores para a resolutiva, quando seus gerentes não conseguem cumprir suas demandas. Entretanto, conforme as possibilidades de negociação pacífica vão se esgotando, ela vai ficando mais e mais violenta com o decorrer da década. E por mais que a resolução pacífica fosse preferível, a classe senhorial nunca abriu mão da penalidade violenta tradicional que tinham de ser aplicados pelos feitores⁷. E dessa forma, a feitoria e suas famílias se tornam as primeiras vítimas por estarem em contato mais direto, todavia o assassinato do senhor e de sua família não deixa de ser comum. Dessa forma haviam casos onde ocorria a tentativa de lidar com seus maus tratos na forma da lei como ocorreu em 1883 em Juiz de Fora:

Em 8 de setembro do anno passado, 53 escravos da fazenda do Conde de Cedofeita apresentaram-se ao delegado de polícia declarando não voltarem ali enquanto não fosse despedido o feitor Anícelo de Barros, por haver assassinado um escravo de nome Manoel Grande, despejando-lhe água fervente nos ouvidos.

A autoridade inquiriu nove dos escravos, remetteu os autos ao promotor publico da comarca, e providenciou no sentido de evitar algum conflito e conter os mesmos escravos, que seguiram para a fazenda sem incidente algum desagradável⁸.

Mas na página anterior deste relato e no começo da página 73 do Relatório do Ministério da Justiça de 1884 vemos ocorrências da reação violenta contra esses maus tratos. Nesse espaço de duas páginas temos apenas um caso de busca à polícia em cinco conflitos ali registrados. Na página 72 é onde começam as notícias sobre Minas Gerais, das quais três são de assassinato de feitor e um de sublevação que resultou na morte do dono da fazenda e ferimentos leves ao

de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas SP, 2004.

⁷ Idem.

⁸ Ministério da Justiça (1884, p. 73)

subdelegado de Barbacena⁹. Com a onda de relatos sobre a violência negra só parando na tentativa de negociação com a polícia na página 74. Onde foi necessário resolver pacificamente o que a força não conseguiu. Vemos aqui as forças policiais tentando manter o mínimo de paz nessa situação. E é claro, que os senhores não deixariam barato. Um exemplo de sua reação se deu no Termo de Mar de Hespanha ainda dentre os casos comentados:

Em 17 de fevereiro findo o escravo Bernabé, pertencente a Luiz Martins Ramos, assassinou o feitor da fazenda, Adriano Martins Ramos.

O delegado seguiu para lograr do crime, procedeu a corpo de delicto, e tratava de capturar o delinquente, quando teve informações de que o assassino fora martyrisado, morto por ordem dos fazendeiros e lançado em um buraco.

A' vista disso o delegado pediu providencias, fazendo ver a falta de segurança das autoridades, que não dispõem de uma praça.

Declara o delegado que mandou proceder nos termos da lei contra os autores do assassinato do escravo, e ao mesmo tempo providenciou sobre a remoção do preso para a cadeia mais próxima.

Já seguiu a força requisitada pela presidencia, afim de escoltar o escravo existente na cadeia, que se receiava fosse d'alli arrancado e justicado pelo povo¹⁰.

Uma das primeiras informações a chamar a atenção nesse acontecimento é o sobrenome do feitor e do dono de Barnabé, ambos Martins Ramos. Abrindo a possibilidade de que podiam se tratar de parentes ou que de ser escravizado, ou liberto, que recebeu sobrenome de seu senhor. E eleito ao cargo de supervisão para mediar os conflitos e tirar Luiz Martins Ramos da linha de frente. De forma que dividia a escravaria ao criar mais rixas internas que idealmente seriam resolvidas na procura do senhor para mediar os conflitos e manter a sua posição paternalista. A segunda coisa a chamar a atenção é o quão desaparelhada a polícia se encontrava, não contando com uma única unidade de praça em Barbacena para tentar manter a paz. Entretanto não iremos nos aprofundar nesse momento no funcionamento do aparato repressor imperial porque ele será abordado posteriormente. Então, tendo a inabilidade policial de conter, sem solicitar ajuda externa, o caos social é necessário realocar o preso para evitar que a população faça o papel esperado por eles das forças de repressão.

De fato, os senhores conseguiam articular multidões para defender seus interesses. Nesse sentido, um dos ocorridos que mais chamou a atenção durante a pesquisa e também da imprensa local aparece nos relatórios do Ministério da Justiça. Aconteceu em Jacareí em

⁹ Ministério da Justiça (1884, p. 72-73)

¹⁰ Ministério da Justiça (1884, p. 72)

novembro de 1883. Onde cerca de mil pessoas sitiaram a casa de Antonio Henrique da Fonseca, Francisco Feliz da Rocha e Nicoláo Chioffi. Tomando os três de assalto e exigindo que se retirassem da cidade. Estes eram acusados de serem aliciadores de escravos, que estavam aconselhando-os a matar seus senhores com garantia de impunidade. Foi enviado pela presidência da província de São Paulo o Chefe de Polícia, acompanhado de tropas para a averiguação dos fatos. Sendo em sequência demitidos dois funcionários da polícia que tomaram parte nos crimes, o adjunto do promotor público, dispensado o delegado de polícia e vários sujeitos foram indiciados¹¹.

Demonstrando aqui a necessidade do Estado de tentar manter a todo custo a decadente ordem pública e o aspecto de normalidade e que para tal era necessário combater tanto os escravizados quanto os escravistas. Ressaltando que isso em momento algum significa que as forças policiais eram utilizadas da mesma forma contra ambos os lados. E aqui haviam duas opções para lidar com a crescente violência que assolava a sociedade brasileira: tornar públicos e confirmar os boatos que já corriam em feiras e mercados dos embates constantes das tropas contra os revoltosos e o nível de complexidade da organização e articulação das senzalas ou abafar e sufocar o máximo possível tudo que estava acontecendo. E a segunda opção foi a escolha brasileira¹².

De forma que em conluio com a imprensa as forças policiais utilizaram-se da censura e desinformação para tentar diminuir a repercussão dos casos, em um pacto informal firmado para a manutenção das aparências¹³. Com notícias de fugas e revoltas, em geral sendo esparsas, em sua maioria meros anúncios pagos por senhores em busca de fujões. No começo da década de 1880 os poucos casos de revolta relatados eram redigidos de maneira a não causar alarde, como casos isolados e de baixa articulação entre os cativos. Mesmo em um jornal liberal como o Correio Paulistano só começam a aparecer notícias mais com teor mais alarmista sobre a temática com alguma frequência na segunda metade da década de 1880 em diante. Quando o número de revoltas era grande demais para estancar e começam a transbordar das páginas dos jornais. Apesar de ocultar as ações da escravatura, o debate a respeito do que fazer era acalorado e casos notórios como o já citado de Jacareí eram amplamente debatidos.

Um dos principais motivos para a utilização dos relatórios do Ministério da Justiça é a tese da censura que imperou na imprensa brasileira até que os próprios jornalistas tivessem sua

¹¹ Ministério da Justiça (1883, p. 79)

¹² Machado (2010, p. 83)

¹³ Machado (2009 p. 376-378)

vida ameaçada pelos movimentos dos cativos. Tendo em vista a baixa incidência dos relatos de violência dos escravizados foi necessário ir atrás de outras fontes onde apareciam. Para pintar o quadro do cenário que assolava o Brasil nos anos finais da escravidão e para isso foram utilizados os relatórios de 1880 a 1888¹⁴ do Ministério da Justiça. Mesmo assim não quer dizer que todos os crimes ocorridos estavam aqui presentes. Dada a premissa de fazer um quadro nacional foi utilizado no geral o primeiro ¼ dos relatórios. Nos quais eram narrados acontecimentos notórios de todo o império. Salvo a edição de 1885 também continha nessa parte os dados prisionais e de suicídios.

Outro ponto a se reforçar é que muito provavelmente havia subnotificação no Ministério da Justiça. Era comum a falta de processos criminais oficiais, mais uma vez, na intenção de impedir a dispersão dos casos e dar provas aos cativos de que as revoltas aconteciam. Era preferível julgamentos públicos diante da sociedade do que uma evidência concreta em um documento oficial e jornais que poderiam ser utilizados para incentivar novas insurreições. Assim, nas sessões públicas os responsáveis eram severamente punidos, usualmente com a morte e além de desincentivar novas sublevações mantinham a aparência de que o governo estava sob controle e a normalidade permanecia. E acabavam por tabela dando mais combustível às críticas dos abolicionistas e o crescente sentimento humanitário da população¹⁵.

Havia nesse momento também uma incapacidade de policiar e julgar crimes e apoio popular pela libertação acabou se exprimindo na população prisional. Os relatórios dividem os presos do “Depósito do Xadrez”, que enumerava os presos da Corte, entre o número que passou pelas prisões e o número que efetivamente ficou detido. Com esse segundo grupo sendo o que foi aqui catalogado. A média dos prisioneiros escravizados durante o período de 1880 a 1887 é de 17,96%. O ano de 1888 não entra no cálculo por não conter dados sobre os crimes de pessoas

¹⁴ Os relatórios de 1880 e 1881 foram aglutinados em um só e também os de 1888 e 1889 que foram publicados em 1891. Após a reestruturação ministerial pós instauração da República, os últimos dois anos de dados do Império são compilados sob o título de “Brasil. Ministério da Justiça Relatórios Ministeriais da Época do Império”. De forma que não temos mais dados prisionais acerca de crimes cometidos por pessoas escravizadas, com apenas um roubo sendo relatado no ano de 1888. Houve uma mudança na forma de catalogar os delitos, ao invés da população penal consolidada há a diferenciação entre prisão civil e criminal e os prisioneiros são divididos em tipos de pena. Anteriormente havia apenas o número total, número de escravizados, livres, homens e mulheres. Também foi alterado o título da sessão de Prisões da Corte para Casa de Correção da Corte.

¹⁵ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição**. 2. ed. rev. São Paulo: Editora UFRJ e Edusp, 1994. p. 67-174.

escravizadas. Se mantendo durante esse período na média de 1077 presidiários escravizados. Apesar desse número ser a média vemos um pico populacional relativo em 1883 com a população penal de cativos sendo de 26,44% de pessoas escravizadas e a partir daí o número cai de ano a ano. Até a média despencar nos últimos dois três anos da escravidão, supondo que até maio 1888 a tendência de queda se manteve. De forma o último ano contabilizado tendo um total de 653 presos, 8,71%, em contraste com o começo da década onde os escravizados eram 1475, 20,75% dos presos no ano.

População Penal da Corte de 1880 a 1888				
Ano	POPULAÇÃO PENAL	ESCRAVIZADOS	LIVRES	PORCENTAGEM DE ESCRAVOS
1880	7107	1475	5632	20,75%
1881	5114	1031	4083	20,16%
1882	5223	1381	3842	26,44%
1883	6149	1103	5046	21,85%
1884	6565	1091	5474	16,61%
1885	5221	1023	4193	19,59%
1886	9041	866	8175	9,57%
1887	7491	653	6838	8,71%
1888	6725	Sem dados	6725	Sem dados

16

Nos últimos dois anos de pré-abolição apesar da diminuição dos presos escravizados em números totais e relativos há o aumento do total de presos. Indo para 9041 em 1886 e 7491 em 1887. De forma que os prisioneiros livres de 1886 são mais números que o consolidado de todos os anos coletados e os livres de 1886 só não ultrapassam o total de 1880. Em contrapartida com a subida da onda criminal há a partir de 1884 uma queda na criminalidade escrava que se expressa numericamente nas prisões e nas ocorrências dos relatórios. Batendo com a diminuição demográfica da população escravizada em regiões como o Recôncavo Baiano que perdeu 42,1% de seus cativos entre 1884 e 1887¹⁷.

¹⁶ Tabela criada a partir da combinação e comparação dos dados prisionais da Corte dos Relatórios do Ministério da Justiça de 1880 a 1889. Os relatórios de 1888 e 1889 foram publicados em um só documento em 1891 e a parte referente ao ano de 1889 não foi aqui contabilizada. Foi excluído da tabela o número total de pessoas que passaram pelas prisões, contando apenas as que efetivamente ficaram detidas na cadeia da Corte.

¹⁷ FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade: Histórias e trajetórias de escravos libertos na**

É possível que o aumento prisional se desse pelo forte e amplo apoio populacional pelo fim da escravidão, de forma que livres, libertos e até mesmo brancos começam a agir mais ativamente na segunda metade da década de 1880. Há um forte e amplo enfrentamento da sociedade civil, sobretudo nas áreas urbanas contra a polícia. Assim, as camadas populares ajudam no embate, fugas, e roubos de cativos. Com ampla participação dos livres e libertos. No decorrer da década, a palavra escravo é gradualmente substituída na imprensa e no discurso popular por termos como crioulo, preto e trabalhador. E esses novos proletários encontram dificuldades em adentrar um mercado de trabalho com mão de obra escravizada. Contribuindo para serem contra a escravidão tanto por questões humanitárias, quanto por viabilidade econômica de sua subsistência.

De fato, era comum a intervenção popular contra a instituição da escravidão que juntamente com o movimento abolicionista organizado deu força política e social ao movimento. Era comum acionarem a polícia por conta de maus tratos, aglomerações para impedir a venda e captura, ataques a capitães do mato e determinadas classes chegam a se unir em prol da causa. Walter Fraga Filho destaca a ação dos saveiristas que escondiam e transportavam fugidos em seus barcos. Há nesse contexto a formação de clubes abolicionistas pelas áreas de grande concentração de escravizados¹⁸.

Assim o abolicionismo se organiza e nas décadas anteriores e na década de 1800 começa avançar para áreas de alta concentração de mão de obra cativa e ter embates diretos com a classe senhorial. Que se organiza em seus próprios Clubs da lavoura para combater os abolicionistas e autoridades que estivessem em seu caminho, resultando em casos como o já comentado de Jacaréí. Os Clubs consistiam em organizações políticas e sociais onde os senhores se aglutinavam para conter o avanço abolicionista, tanto por parte de pessoas comuns, quanto por autoridades, por meios legais e pelo uso da violência. E fazer pressão política pela manutenção de sua propriedade e poder.

O confronto acaba em casos como o ocorrido em 24 de novembro de 1885 em Santos onde cinco fugidos foram recolhidos à cadeia até a entrega a seus senhores. Mas um grupo de pessoas foi até a prisão exigindo a soltura imediata deles e ameaçou tomá-los à força. Para reforçar o contingente foram enviadas vinte praças da capital a Santos. Foi necessário que o Chefe de Polícia fosse até Santos para evitar o que o relatório chama de conflitos iminentes,

Bahia, 1870-1910. Orientador: Robert W. Slenes. 2004. 355 p. Tese (Doutorado História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas SP, 2004

¹⁸ Idem.

onde os presos seriam levados pela multidão enquanto eram transportados de volta a seus supostos donos. E de fato os vinte praças acompanharam a trajetória na ferrovia onde foram interceptados por um grande número de pessoas que os atacaram com paus e pedras visando libertar os escravizados. A pressão foi tanta que foi dada a ordem de atirarem contra a multidão que falhou em seu objetivo. Como retaliação, bandidos armados percorreram as ruas nos dias seguintes ameaçando atacar o quartel e a cadeia. E novamente foi necessário o envio de mais praças, trinta no total, em conjunto com a cavalaria e um juiz de direito para apaziguar a situação¹⁹.

Os meses de novembro e dezembro de 1885 na Província de São Paulo foram especialmente violentos. Nas três páginas seguintes em que o ocorrido na cidade de Santos é relatado temos a prisão e espancamento do subdelegado da freguesia de São José do Rio Preto que fora amarrado em um tronco, juntamente com o assassinato de um funcionário dos Correios. Mais uma vez necessitando do envio de tropas.

Os papéis do alistamento militar foram queimados por um grupo armado em Barretos em conluio com duzentas pessoas escondidas no mato para dar apoio. Em Socorro houve um conflito entre o juiz, o delegado e um grupo que tentava arrombar a cadeia para libertar os presos. Não é informado aqui o tipo de presidiário e do grupo de assaltantes, mas é possível que seja relacionado novamente com a escravidão por estarmos falando do Oeste Paulista onde se concentrava grande parte da população cativa da Província e conseqüentemente dos embates. Há também a admissão escrita que não havia força para manter a ordem pública e acaba sendo mais um caso que entra nas constantes disputas pelas tropas da capital. E há ainda o relato de um ataque quilombola em Itatiba. Onde foi saqueada uma casa, e houve a tentativa de saque em uma casa e uma fazenda. Sendo necessário o envio de tropas. Os sujeitos se evadiram para Campinas e Jundiaí onde cometeram mais delitos e só foram presos após uma emboscada de policiais à paisana em Campinas, resultando na morte de um deles²⁰. Casos que se concentram na região de uma das nossas principais fontes, o Correio Paulistano que estava mergulhado em um contexto de constantes insurreições.

Dada a crescente violência em paralelo com a diminuição aceitação social levou os senhores a adotar novas práticas, algumas já comentadas como remuneração para trabalho em dia de folga, mas também houve o aumento do trabalho alugado tanto diretamente com o dono quanto com o cativo que vendia seu descanso, em uma tentativa de proletarização do trabalho

¹⁹ Ministério da Justiça (1885, p. 42-43)

²⁰ Ministério da Justiça (1885, p. 42-46)

servil. De forma que a classe escravizadora podia pintar para si própria como fazendeiros progressistas. Tendo o fim gradual da escravidão no horizonte após a assinatura da lei 28 de setembro e a má opinião à cerca de escravocratas era melhor tomar a narrativa e reiterar seu local tradicionalmente paternalista de um pai provedor para a sociedade e seus filhos de pele escura.

Mas isso não quer dizer que em momento algum a classe senhorial abriu mão do controle da negritude. A alforria tutelada era almejada nesse cenário violento e significava que mesmo os libertos ainda teriam alguma agência. E quando as ditas novas práticas progressistas falharam não havia relutância em prosseguir com a violência.

Diante do avanço abolicionista para setores como o cafeicultor e o açucareiro foram formados os Clubs da lavoura. Com o intuito de fazer frente tanto aos abolicionistas quanto a qualquer autoridade que vissem colaborando com seus inimigos. Temos que entender aqui que estas organizações tinham o *status quo*, o dinheiro e o favor do Estado de seu lado. Se auto afirmando por vezes como a verdadeira autoridade da região quando as forças policiais tentavam interferir em seus negócios. E de fato estes podiam tanto ser a autoridade por meio da força quanto por meio do poder público, com membros de suas fileiras incrustados em todos os níveis do serviço público blindando uns aos outros de ataques aos seus negócios e propriedades. Também possuindo uma presença midiática forte, com de clubs da lavoura ocupando as primeiras páginas dos jornais, mesmo dos ditos progressistas. Onde convocavam para suas reuniões e expunham suas opiniões e anseios políticos. E vemos uma articulação complexa entre eles, como ocorrido de 6 a 8 junho de 1884 em um congresso de lavradores que conseguiu colocar no mesmo espaço 42 clubs da lavoura diferentes convocada pelo Centro da Lavoura e Commercio. Onde fora definidas diretrizes a serem seguidas pela classe senhorial²¹.

De forma que por mais alcance que tivessem é desmedido equiparar ambos em questão de poder e influência durante a maior parte das duas últimas décadas da abolição, por mais que no decorrer da década de 1880 a abolição consegue suplantar os ditos órgãos da fazenda. Então, adentramos aqui uma sociedade cuja a sua super estrutura estava ruindo e de um lado estava a reação e organização da classe que dominava essas terras há séculos e do outro a hemorragia incontável da classe que não pretendia mais ser dominada. E daqui em diante analisaremos o papel da imprensa, sobretudo do Correio Paulistano, na discussão pública sobre os rumos que o Brasil deveria tomar nesses últimos 8 anos de escravidão.

²¹ CORREIO PAULISTANO (1884, Boletim do Dia, p. 1)

DA TINTA E DA PALAVRA

A imprensa foi parceira do governo na consolidação do poder imperial, com o Golpe da Maioridade em 1840 trazendo uma nova era para o Brasil. A Corte centralizou o poder no Rio de Janeiro, com o dinheiro oriundo do tráfico negreiro e da expansão do café. Assim, a palavra carioca imperava sobre as elites que outrora vinham de elites açucareiras e de mineração. Concentrando as figuras políticas do país na capital. Há então uma fusão da figura do Imperador com os latifundiários entre as décadas de 1840 e 1850. Formando um regime de governo que tinha por suas bases o escravismo e o latifúndio, um Império Latifundiário que se alia com elites locais para firmar seu poder e em troca cala os questionamentos por seu modelo de negócios, do qual a imprensa era a maior questionadora. Extinguindo pasquins e cooptando jornais liberais que corriam soltos no Período Regencial, num movimento que Sodré chama de conciliação²².

Neste momento a imprensa almeja se tornar uma aliada que detém o apreço dos governantes e não uma ferramenta a ser usada e descartada quando não for mais necessário. De forma que os jornais se alastram pelo interior das províncias com a nova estabilidade e também cessam as discussões políticas que se marcavam a imprensa regencial. Aqui a literatura toma papel central, apagando outras questões do debate público e predominando nas primeiras páginas dos jornais romances do que viriam no futuro a ser grandes nomes da literatura brasileira. Aumentando também a criação de periódicos literários que se proliferaram sobretudo nas academias de direito. Com esses novos jornais dedicados ao principal público leitor brasileiro, as mulheres e os estudantes.

De forma que questões sociais e mudanças que ocorriam passavam despercebidas e mesmo eventos grandes como a extinção do tráfico negreiro em 1850, uma das grandes fontes de arrecadação de renda para o Império, teve uma cobertura relativamente calma. Tendo em vista que a base da economia imperial, os cafezais, continuavam em expansão a plenos pulmões e tomava para si pessoas escravizadas de outros setores que se encontravam estagnadas ou em declínio. Juntamente com o aparecimento de novos empreendimentos, como ferrovias, os navios a vapor e o telégrafo. Virtualmente encurtando as distâncias, centralizando o poder no Paço Imperial e dando um aspecto duradouro e sólido ao Segundo Reinado que conseguiu

²² SODRÉ, Nelson Werneck. A imprensa do Império. In: SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. 6671. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1966. v. 51, cap. A imprensa do Império, p. 208-287.

esmagar tanto as revoltas quanto a oposição liberal. Mas isso não quer dizer em momento algum que não houvessem lutas pelo fim do Tráfico Negreiro, apenas que existia um arranjo político velado dedicado ao apagamento das lutas e questões políticas que levaram a esse acontecimento.

Mesmo discussões sobre forte desconfiança senhorial em relação a estrangeiros, africanos, era silenciada. Falta de confiança se elevou após a Revolta dos Malês em 1835, o que deu a preferência por crioulos por além de serem acostumados com as normas sociais brasileiras, falarem majoritariamente português, o que impedia a organização através da escrita numa língua desconhecida que poderia levar a casos como o ocorrido na Bahia. Onde o grupo de escravizados conhecidos como malês conseguiu se organizar de forma ininteligível ao senhoreado por serem mulçumanos, religião que necessitava a capacidade de fala e escrita em árabe para professar sua fé. E essa língua foi utilizada na articulação da revolta em 1835.

A Corte dava então o tom do país e a imprensa replicava este ideário, sendo ela tranquila em tempos de agitação. Os jornais crescem a ponto de periódicos de renome como o Jornal do Comércio ganharem o título de Quarto Poder. Não necessariamente estamos aqui falando de censura, os fatos podiam estar impressos no papel, mas as mudanças não estavam. Houve o triunfo da imprensa conservadora nesse início da segunda metade do século XIX pelo seu alinhamento com o governo, mesmo se dizendo apartidários ou até mesmo liberais ao conciliarem com um Estado conservador acabavam cedendo ao seu discurso de paz e tranquilidade no reinado.

Nesse contexto é fundado em 26 de junho 1854 o Correio Paulistano por Joaquim Roberto Azevedo Marques, dono da Typographia Imparcial, e teve como seu primeiro redator o conservador Pedro Taques de Almeida Alvim. Apresentando-se de início como imparcial e noticiava informações locais, do Senado, da Câmara e do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A princípio, apesar de se denominar imparcial se tratava de um jornal liberal que tentava manter posições independentes²³. Mas com as dificuldades financeiras acabou por ceder a pressões da elite local filiadas ao Partido Conservador e aderiu publicamente ao mesmo e em pouco tempo aderiu a política conciliatória, apoiando o governo de Antônio José Saraiva na província. Situação que não era tão absurda e contraditória por ser a política nacional instituída em 1846 com o Ministério da Conciliação, que visava intermediar os conflitos entre os dois partidos e garantir a estabilidade, que perdurou por dez anos e teve seu auge um ano antes da fundação do

²³ Idem.

Correio e dois antes deles aderirem a conciliação com o Partido Conservador em 1855. Mesmo assim o Correio Paulistano perde parte do reconhecimento que conseguiu junto ao público²⁴.

E o que pode ser apontado como um marco para o fim da política conciliatória foi a Guerra do Paraguai em 1864, onde finalmente começou a erodir a imagem de solidez do Segundo Reinado e houve o retorno da imprensa política com a má recepção da guerra e mais ainda do recrutamento de 30.000 cativos cooptados a lutar sob a promessa de liberdade. E com o fim da guerra em 1870 foram necessárias reformas que já estavam pendentes há anos e não podiam mais ser postergadas, com as contradições nacionais escancaradas devido ao conflito.

O recrutamento de escravizados causou uma crise de mão de obra na lavoura que não tinha como repô-la. Levando a adoção e aumento do trabalho alugado nas lavouras na década de 1870, incluindo o trabalho dos cativos do próprio senhor em suas folgas, e maior possibilidade de negociação dos espaços direitos anteriormente comentados, dada a diminuição da oferta de trabalho durante e depois da Guerra. Com as pressões sociais aumentadas no ano seguinte ao fim do conflito houve a promulgação da Lei do Ventre Livre que versava sobre o fim gradual da escravidão, e por tabela da base econômica do Império Latifundiário, da consolidação de práticas e direitos comuns a escravaria e o Estado adentrara dentro da vida privada das fazendas. Um movimento necessário dada a vergonha contraditória que foi o exército de Caxias depender da sua classe mais baixa e desprezada para defender seu país. Que passaram de inumanos para os heróis escuros da nação²⁵. E que tipo de nação almeja deixar seus heróis acorrentados?

Nesse meio tempo o Correio Paulistano se dividiu, um ano antes do fim da Guerra do Paraguai em 1869 houve uma desavença entre seus membros. Que agora dividiam-se entre liberais e conservadores. Havendo um a manutenção da Política conciliatória por 13 anos após o fim do Ministério da Conciliação em 1856. Com o Correio Paulistano ficando do lado liberal ao fim da divisão. Quatro anos antes da cisão seu primeiro redator, Pedro Taques de Almeida Alvim, saíra do periódico para fundar seu grande rival político e jornalístico, o Diário de São Paulo em 1865²⁶. Ainda em 1869 aumentou sua tiragem de 700 para 850 cópias diárias. Se

²⁴ Fundação Biblioteca Nacional (2015)

²⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. A imprensa do Império. In: SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. 6671. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1966. v. 51, cap. A imprensa do Império, p. 208-287.

²⁶ Fundação Biblioteca Nacional (2015)

consolidando como o jornal com a tecnologia mais avançada da província, com o primeiro a usar uma máquina de aço que depois foi alterada para mover-se a vapor. Avanço técnico que foi possibilitado pela aliança com a elite conservadora paulistana nos 14 anos entre 1855 e 1869²⁷.

Quatro anos depois, em 1873 fora foi fundado o Partido Republicano Paulista, o PRP, que teve apoio do Correio Paulistano em suas propostas de mudanças radicais no regime político brasileiro que já eram defendidas pelo jornal desde o fim da conciliação em 1869. Em julho de 1874 o periódico foi comprado por Carlos Leôncio da Silva Carvalho e a partir deste momento o Correio Paulistano pregava insistentemente pela reforma política nacional, não necessariamente uma mudança radical como defendida pelo PRP. Em 1878, seu redator assumiu o posto de Ministro dos Negócios do Império do Brasil pelo Partido Liberal e no mesmo ano o Diário de São Paulo parou de ser publicado e seu maquinário foi aglutinado ao do Correio Paulistano, passando assim a aumentar sua capacidade de publicação. E quatro anos depois, já entrando na temporalidade aqui trabalhada, o antigo redator do Diário de São Paulo assumiu a direção do jornal em 1882. Onde toma uma vertente abertamente abolicionista, mesmo apoiando políticos conservadores, e posteriormente viria até a defender o republicanism²⁸.

Antes de entrar prontamente no debate público pelo Correio Paulistano acerca da dita questão servil vamos primeiro falar de como esses ditos servos se apropriavam da imprensa no século XIX. É comum partir do princípio de que a concentração da população leitora no Brasil se dá entre a elite. O próprio Sodré defende que a população leitora nesse período se concentrava entre mulheres e estudantes, um público muito pequeno para justificar a quantidade e a tiragem de jornais que haviam. Contrariando essa tese, Bergamini trabalha com a ideia de que a leitura era muito mais difusa que a escrita. Começando com a elite, supostamente leitora, compor apenas 10% da população. O censo de 1872 catalogou 900.000 leitores em uma população de quase 10 milhões e quantos destes realmente pertenciam às elites?²⁹

²⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. A imprensa do Império. In: SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. 6671. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1966. v. 51, cap. A imprensa do Império, p. 208-287.

²⁸ Fundação Biblioteca Nacional (2015)

²⁹ BERGAMINI, Atilio. Escravos: escrita, leitura e liberdade. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas SP, v. 35, ed. 71, p. 115-136, 2017.

Assim é trabalhada a hipótese de que a maior parte dos leitores no século XIX eram dos setores populares. Facilmente confirmada em anúncios de jornais que noticiam fugidos, feitores, caixeiros e outros trabalhadores que tem entre seus ofícios a habilidade de ler e às vezes escrever. Bergamini chega a citar um anúncio de 1874 do jornal O Cearense sobre o fugido Raymundo que tem o hábito de ensinar a ler, mas não a ler e escrever³⁰.

Mesmo com a proibição das oficinas de ofício pela Constituição de 1824, num intuito de modernizar a economia, elas permaneceram ativas por décadas. Juntamente com a formação de associações de ajuda mútua, povoadas por pessoas escravizadas, que as ofereciam. As oficinas eram sobretudo locais de aprendizagem de habilidades que se utilizavam de manuais para transmitir conhecimentos. Bergamini aponta que possivelmente 13% dos letrados catalogados aprenderam a habilidade em seu ofício, podendo ser um número bem maior, e que há casos registrados onde a habilidade é ensinada para seus pares³¹. Onde chegou a haver uma concorrência do trabalho de oficiais escravizados com imigrantes, sobretudo portugueses. E as sociedades e irmandades procuravam auxiliar nessas concorrências oferecendo ajuda para se destacarem, como é o caso da leitura(apud RIBEIRO, 2002.).

Houve no decorrer do século XIX a valorização da habilidade da escrita, sobretudo após a promulgação da Lei Saraiva em 1881³² proibindo o voto dos analfabetos. E com a profissionalização dos trabalhadores, sobretudo em ofícios. Então profissões que apesar de à primeira vista parecerem trabalho não qualificado eram indutoras do letramento. Em casos como marceneiros e pedreiros era necessário até conhecimento matemático relativamente avançado para exercer suas funções. Bergamini consta entre os anúncios de cativos que sabiam ler e escrever “advogados, alfaiates, barbeiros, boleiros, cocheiros, caldeireiros, calafates, carregadores de café, carpinteiros, chapeleiros, charuteiros, copeiros, cozinheiros, empalhadores, ferradores, ferreiros, lustradores, maquinistas, marceneiros, mucamas, músicos, oficiais de propinagem, ourives, pajens, padeiros, pedreiros, pintores, sapateiros e tipógrafos”³³. Essa última categoria é extremamente pertinente para a temática aqui trabalhada, por mais que pensemos os funcionários de jornais, mesmo na data da escrita deste texto, primariamente como

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

³² ASSEMBLÉIA GERAL (Brasil). **Decreto 3.029 de 9 de janeiro de 1881**. Reforma a legislação eleitoral. Rio de Janeiro, 9 jan. 1881

³³ BERGAMINI, Atilio. Escravos: escrita, leitura e liberdade. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas SP, v. 35, ed. 71, p. 115-136, 2017.

homens brancos, o grosso do trabalho de diagramação e impressão era feita por negros que necessitavam da leitura para fazer seu trabalho. A base da discussão e das fontes aqui trabalhadas podem refletir a opinião da elite paulista, mas foi posta no papel e distribuída por aqueles apagados das páginas que ele mesmo criou.

E podemos esperar uma valorização do papel e da tinta maior entre as camadas retintas que entre a elite, dado o papel quase mágico que a carta de alforria tinha para pessoas nessa condição. Também conseguia garantias de legitimidade de posse em uma sociedade que não as reconhecia até 1871. Wissenbach cita casos onde ocorrem fugas e antes disso são listadas as posses do fujão em papel e deixadas com seus amigos como uma espécie de procurador que iria garantir a propriedade daquele que era propriedade³⁴.

Fora a ajuda na transmissão de notícias das cidades para as regiões mais distantes, quando mais cedo falamos sobre como as ferrovias, o vapor, e os telégrafos virtualmente encurtaram distâncias essas tecnologias também aproximaram as senzalas. A rápida transmissão de informações era válida para ambos os lados. Logo que uma lei era publicada a mesma era transmitida aos jornais via telégrafo, logo era publicada, os jornais eram vendidos nas cidades, de lá iam para os portos e para as ferrovias, de lá para feiras e mercados, nestes escravos de ganho acabavam com eles em mãos, que ao retornar para seus senhores e traziam consigo as novas notícias para seus colegas, seja com o jornal em mãos, cartas, ou de forma oral. E assim a tinta dava sua mensagem ao interlocutor indesejado³⁵.

Temos também de ressaltar a diferença da vivência autônoma dos escravos de ganho, muitos dos quais eram parte dos ofícios já citados, e de como era necessário para a sua sobrevivência a leitura. Os processos crimes à época apontam não apenas o porte de papel e caneta por esses sujeitos como também a habilidade de fazer contas e administrar suas finanças. A escrita era uma de suas ferramentas de trabalho e uma forma de autoafirmação entre diferentes grupos sociais. Sendo também associada a liberdade, tanto pela alforria como pela possibilidade forjar documentos

³⁴ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre os escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá PR, n. 4, p. 104-122, jul./dez. 2002.

³⁵ Walter Fraga Filho comenta em *Encruzilhadas da Liberdade* o caso do assassinato do vigário e senhor Frei João Lucas, administrador do Engenho do Carmo e da constante troca de informações entre Salvador, as províncias ao redor e a fazenda. Comunicação que se dá primariamente pelos pontos onde os cativos do engenho iam a mercados vender os frutos do seu trabalho externo.

Chegamos assim num contexto onde a escola não é a maior indutora do letramento, que se tornou para muitos uma habilidade essencial para o seu destaque e sobrevivência num mercado de trabalho difícil marcado pelo serviço forçado. Sendo um diferencial para trabalhadores livres e mesmo para pessoas escravizadas que alugavam seu trabalho em seu tempo livre para juntar o pecúlio. De forma que a ideia de elite leitora só se sustenta se pensarmos formas institucionais de ensino, sobretudo a escola. Como se os 139.321 estudantes de escolas públicas em 1872 fossem os únicos naquele momento que estivesse aprendendo a ler³⁶.

E mesmo assim era rotineiro a introdução das primeiras letras por babás escravizadas e livres³⁷, e homens negros no ensino pedagógico, fato que só mudou pós-abolição com o programa de branqueamento brasileiro entregando essas funções a mulheres brancas na tentativa de se pintar progressista mantendo as mulheres em um trabalho próximo da maternidade enquanto branqueava o país através da fome. O ensino dos livres pobres e escravizados veio de uma espécie de ensino técnico e da sua sagacidade em tentar buscar melhores condições de vida. Não necessariamente o suficiente para a educação emancipadora, mas mais do que o suficiente para sobreviver, se articular com seus pares de longas distâncias e para ler uma ou outra matéria sobre revoltas nos jornais e acabar tendo ideias violentas a partir disso.

E para impedir tais ideias o próprio Estado tenta cercar o acesso a essa camada populacional as escolas, pioneira nisso foi a província de Minas Gerais com a regulamentação do regimento escolar com a Lei 28 de Março de 1835 que delimitava que apenas pessoas livres poderiam frequentar a escola³⁸. Outro marco desse medo foi o Decreto Couto de Ferraz 17 de fevereiro de 1854 que rege sobre a Corte, proibindo a matrícula e veta também a admissão de

³⁶ BERGAMINI, Atilio. Escravos: escrita, leitura e liberdade. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas SP, v. 35, ed. 71, p. 115-136, 2017.

³⁷ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre os escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá PR, n. 4, p. 104-122, jul./dez. 2002.

³⁸ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (Minas Gerais). **Lei nº13, de 28 de março de 1835**. Regula a criação das cadeiras de instrução primária, o provimento, e os ordenamentos dos professores. Imperial Cidade de Ouro Preto, 13 mar. 1835.

pessoas escravizadas em salas de aula³⁹. Decreto que foi utilizado de base por outras províncias para fazer legislações parecidas. Se a tese do analfabetismo negro se sustentasse não haveria necessidade de legislação para tentar afastá-los da leitura e haveria menos necessidade ainda do acordo não verbal de não falar de seus movimentos e organizações nos jornais. A tentativa falha de estancar o sangramento com o silêncio diz muito sobre a gravidade da hemorrhagia. É como um doente terminal que tenta esconder de seus familiares que está morrendo, mas só de olhar todos sabem que algo está errado.

E por esse veto podemos deduzir que mesmo não oficialmente matriculados os cativos ainda davam seu jeito de conseguir se educar na medida do possível dentro e fora das salas de aula. Corroborar com o ideal da leitura ser atrelada a classe dominante é corroborar não apenas com o *status quo*, que a época já tentava apagar as lutas das classes dominadas, mas também com a manutenção de seu discurso que apesar de levemente erodido ainda paira sobre nossas cabeças de uma abolição benevolente de cima para baixo, passando por cima dos movimentos sociais que deixaram o Brasil à beira da guerra civil. E mantém a boa imagem das famílias que ainda se mantêm no poderio econômico e político nacional.

DA COLÔNIA E DA REVOLTA

Após um prolongado contexto histórico finalmente adentraremos as discussões acerca da escravidão no Correio Paulistano em si. Já tendo debatido sua fundação e seu funcionamento, estabelecemos aqui que estamos falando da elite provincial. Em uma perspectiva diferente da historiografia tradicional que repercutia o discurso oficial de fim da escravidão com a Lei Áurea em 1888, de forma idealizada e paternalista e também acabamos seguindo pelo caminho trilhado por Wissenbach no começo dos anos 2000 onde esquematizou a metodologia analítica que permitia encontrar o dia a dia e as ações dos negros em fontes que não foram escritas por eles ou ao seu favor. E dava guias para como tratar tais temáticas e os documentos, até então negligenciados pela historiografia, que poderiam ser utilizados como fonte nos novos trabalhos sobre o tema.

Apesar de que um movimento já acontecia dentro e fora do campo da História desde a década de 1970, podendo aqui utilizar o como marco a fundação do Movimento Negro Unificado por Lélia Gonzales em 1978, para pensar e problematizar essas questões até então

³⁹ COROA. **Decreto N°1.331-A de 17 de fevereiro de 1854**. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Rio Janeiro, 17 fev. 1854

apagadas e que tinham sua problemática sufocada para a manutenção do ideal de união das três raças como forma de apaziguar os ânimos e evitar disputas sociais. Dentro da historiografia podemos elencar Célia Maria Marinho de Azevedo e Maria Helena Machado como os principais do debate acadêmico acerca da negritude no século XIX, sendo elas frutos do debate público da década de 1970 e servindo de base para uma nova historiografia acerca da escravidão e seus desdobramentos na sociedade brasileira.

E aqui utilizaremos uma metodologia semelhante para o mesmo tema, mas com o foco duplo na elite paulistana e nos escravizados nas páginas do Correio Paulistano. De forma que ao entendermos que no recorte trabalhado o periódico pertencia a Carlo Leôncio da Silva Carvalho, quadro importante do Partido Liberal que o tornou no jornal do partido e que antes disso era um jornal perrempista⁴⁰. Estamos falando de um dos órgãos de comunicação da elite progressista da província de São Paulo. Congregando as opiniões políticas de republicanos, abolicionistas e até alguns senhores de escravos que se diziam à frente de seu tempo.

De forma que ao analisar seu discurso analisaremos e problematizaremos também seus medos, anseios, o que dizem e deixam de dizer em sua tentativa de manter uma imagem de serem homens modernos e humanitários através da sua forma peculiar de um autodenominado abolicionismo. Comparando também o teor das palavras ali expressas com a situação de emergência social expressa no último capítulo. E para entender o abolicionismo a elite progressista paulista pregava, qual ele combatia e quais os seus medos, vamos nos utilizar de matérias do Correio Paulistano entre 1880 e 1888. Dividindo as notícias em blocos de análise de quatro anos para examinar suas alterações discursivas no decorrer da década.

1880-1884: O futuro colonial de um país colonizado

Antes de iniciar a discussão do jornal propriamente dita é necessário situar o leitor na região geográfica aqui trabalhada. Estamos falando da Província de São Paulo na década de 1880, mais especificamente das regiões cafeeiras. Onde se concentrava o grosso da discussão política e das movimentações sociais do período. Nesse momento o Vale do Paraíba já havia se consolidado como a maior produtora de café, a região que mais movimentava a economia brasileira e a de maior concentração de pessoas mantidas em regime escravista. E o Oeste Paulista, em verde no mapa abaixo sob o nome de Terrenos Despovoados, estava em

⁴⁰ Termo utilizado para defensores do Partido Republicano Paulista

desenvolvimento e buscava uma forma de manter a produção do café e não necessariamente almejavam um modo de produção exatamente igual ao do Vale do Paraíba.

Figura 1 – Mapa da Província de São Paulo em 1886



Fonte: Exposição Cenários As Cidades do Interior de São Paulo no início do Século XX, 2018⁴¹.

Começamos a década um pouco antes do Correio Paulistano se assumir abertamente abolicionista, ainda com José Maria de Azevedo Marques ainda na direção do periódico que já figurava entre um dos mais importantes da província. Mas mesmo sem o apoio aberto ao fim da escravidão já era claro que não havia mais como conter a agitação social. O “estado servil” estava desmoronando a olhos nus e restava escolher entre tentar controlar a erosão e manter o status quo ou simplesmente assistir o colapso. Assim a elite paulistana se coloca como vanguarda nas discussões trabalhistas da década de 1880 para discutir o futuro de uma nação que já tinha sua base econômica com data para acabar.

Ainda na abertura da década o Correio Paulistano publica um editorial do Monitor Sul Mineiro conclamando o “contrato de indivíduos que, mediante contracto prestam seus serviços nos diversos misteres da lavoura ou que alugam-se a particulares para trabalhos de ordem differente”. E posteriormente clama por uma alteração legal em moldes europeus de proletarização, pedido a mudança das leis que favorecem “grandemente a ociosidade e deixa o

⁴¹ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/cenarios/linha-do-tempo/imperio.html>>. Acesso em: 29 nov 2023.

público desarmado contra as insolências e não proceder daqueles que lhes servem por dinheiro”. Desta forma, percebe-se a intenção de preparar o público para o trabalho assalariado, uma vez que a “as ideias para a abolição do estado servil vão pouco a pouco conquistando espíritos e ninguém quer pensar num futuro que nos aguarda em que a falta de braços, tem de crescer o hábito arraigado da ociosidade e do vício que tornam completamente imprestável o serviço camarada”⁴².

Observamos aqui que o fim da escravidão já era aceito, como visto na republicação de outra matéria do Jornal do Comércio, o periódico do *status quo* do Segundo Reinado, anunciando o projeto de Joaquim Nabuco que dava um prazo determinado para o fim do “elemento servil”⁴³.

O horizonte de expectativas era incerto, com a única certeza sendo a vindoura crise de mão de obra que assolaria a lavoura brasileira. Não havia como manter o trabalho forçado, por mais que nessas discussões não há menções a movimentos sociais, e o Brasil não estava preparado para o trabalho assalariado. Cabia então às elites introduzir práticas proletarizantes na lavoura numa política de tutela da população brasileira. Mas aqui havia outro problema, a população em si. O que fazer para o progresso do Brasil? Como lidar com uma população majoritariamente negra?

Aqui há a divisão das elites progressistas em dois grupos que defendiam a imigração como solução a crise de mão de obra barata e a que queria imigrantes para modernizar e branquear o país. Com a primeira parte almejando a substituição do escravizado por mão de obra barata e para isso quer recorrer a países como a China. E outra parte levada por ideais que à época eram considerados científicos pensa para além da manutenção imediata do latifúndio e se preocupa como será constituída essa população proletária. Como tornar o Brasil de um país atrasado para um civilizado? E o que é essa civilização defendida por eles?

Então, mesmo com projetos diferentes em mente nessa primeira metade da década de 1880 a elite paulistana utilizava abertamente a palavra colonização, o futuro do Brasil dependia de um projeto de recolonização tutelada por grupos civilizados para a garantia da futura ordem e progresso em um país assolado pelo caos dos movimentos sociais e revoltas escravas. Buscando na Europa e nos Estados Unidos da América modelo para a implementação do trabalho livre na lavoura paulista. A discussão aqui centrava-se em como trazer estes imigrantes para o país.

⁴² CORREIO PAULISTANO (1880, Transcrição, p. 1)

⁴³ CORREIO PAULISTANO (1880, Questão grave, p. 2)

Em 1881 o Correio Paulistano defende um projeto imigracional aos moldes das propostas do economista norte Americano M. Alfred B Manson no qual os novos imigrantes não necessariamente viriam para ocupar as vagas ociosas da lavoura, mas sim para colonizar o país com a colaboração do governo dando-lhes passagens gratuitas, terras, sementes e ferramentas para se estabelecerem e prosperarem nas novas terras. Juntamente com a “liberdade de culto – o casamento civil – secularização de cemiterios, a difusão do ensino primário, e o direito de suffragio” num grande projeto nacional modernizante que se combinaria com uma expansão de infraestrutura através da “subvenção a empresas de cannaes – navegação fluvial – estradas de ferro e industrias manufacturerias”⁴⁴.

Mas assim não se resolveria o problema da falta de mão de obra e para isso é proposta a imigração de pessoas asiáticas, deixando claro que não são o futuro almejado pelo Brasil, mas que no presente momento tornam-se imprescindíveis para formação do futuro. Ignorando assim as massas de pelo escura que povoavam o país. Não é cogitado aqui uma forma de inseri-los na sociedade, são indiretamente mencionados ao tratar do “negro phantasma” da escravidão a qual deveria dar-se um golpe mortal através da imigração de *coolies*⁴⁵ como primeiro passo para arar a lavoura na espera de que os europeus logo viriam nela plantar.

O coolie apesar de livre, nunca passou de paria, sem justa consciencia do sagrado direito de liberdade, mas é laborioso -- sobrio e humilde póde pois prestar-se melhor, como escola para nos fazer perder maus hábitos adquiridos pela escravidão, e atenuar e modificar o embaraço com que lutamos, para passarmos do systema enraizado por três séculos ao solo, para o contactto dos trabalhadores europeus.

O coolie será o primeiro passo para o estabelecimento da pequena lavoura, até hoje tão desprezada, porque o chim e geral não permanece no paiz em que forma o peculio, e a pequena lavoura é essencial para a emigração expontanea da Europa tanto como é a subdivisão da indústria agrícola.

[...] o futuro da grande lavoura (hoje só café, porque mais tarde será de outros generos) vai fatalmente passar por sensível alteração então o grande lavrador de hoje com machinas perfeitamente montadas se ha de resolver a retalhar as suas terras e cafezaes para vender ao emigrante ; e este se limitando a colheita, a venderá, o café me coco, assim como a canna – e o algodão em capulho, para que as machinas, engenhos centraes etc. Pertencentes a outros beneficiem o café⁴⁶.

⁴⁴ CORREIO PAULISTANO (1881, O futuro da lavourana provincia, p. 2)

⁴⁵ *Coolie* é um termo em inglês, considerado hoje pejorativo, para trabalhadores braçais asiáticos. Util

⁴⁶ CORREIO PAULISTANO (1881, O futuro da lavoura na provincia, p. 1)

De forma que fosse desmantelada a concentração de renda e produção dos latifúndios. Formando uma nova e intrincada cadeia logística e produtiva que aos poucos forçaria os latifundiários para fora da economia, criaria novas indústrias substituindo o antigo modelo produtivo. Num processo que idealmente deveria seguir o modelo das Antilhas e do Sul dos EUA de forma que o pequeno proprietário seria obrigado pela falta de capital e proibição do trabalho forçado a adotar um método “inteligente, mais rápido e menos penoso de produção”. Usando a Luisiana pós-guerra civil com exemplo onde a agricultura foi aprimorada de forma racional com novas ferramentas possibilitando que um único agricultor com uma charrua e uma parrelha de mulas pudesse sozinho tomar conta de 8 a 10 acres de terra. Utilizando também a *Usine Moulin Petany* para defender o método racional laboral que conseguia render de 3 a 4 vezes mais produção total utilizando de um número reduzido de *coolies*, em comparação com os números de escravizados utilizados nas lavouras⁴⁷.

Todavia, é completamente ignorado o futuro que as pessoas até então escravizadas teriam, não é formulado um plano para estes, não há como voltarem para seus países de origem com é esperado dos chineses e também não é esperado que fiquem com as terras trabalhadas pelos chineses porque estas têm a pretensão de serem destinadas aos futuros colonos europeus. De forma que aos olhos da elite liberal paulista não há futuro para a negritude no país que eles mesmos construíram, o plano para estes é que desapareçam sem causar muito alarde conforme a modernização avance.

Um dos poucos projetos contemplando os negros é republicado no início do ano de 1882, um editorial do periódico carioca *Jornal do Agricultor*, redigido pelo dono do jornal o Sr. Dias da Silva Junior que tem uma proposta para a transformação da lavoura de modo a diminuir gradativamente a escravidão estrangulando com sua viabilidade econômica baseando-se na expansão de pressupostos da lei 28 de setembro de 1871. Através da proibição de cativos cruzarem as fronteiras das províncias, mesmo enquanto livres, o que diminuiria o fluxo de pessoas escravizadas para setores economicamente emergentes e forçaria a contratação de mão de obra para suprir a demanda.

A criação de mais um imposto sobre escravos de 2\$000 para cada sujeito nas regiões rurais e 3\$000 nas urbanas que posteriormente deveriam ser depositados no fundo emancipatório. Para lidar com a concentração da terra há duas propostas por ele, a primeira visa sobre a taxaço 5 réis por metro quadrado de terras não cultivadas em torno das ferrovias e vias fluviais navegáveis. E a segunda sugestão é a primeira a propor um destino para os futuros

⁴⁷ CORREIO PAULISTANO (1882, A indústria Saccharifera no Brazil, p. 1)

libertos, com a criação de colônias agrícolas sob regime militar em terras públicas e devolutas às margens da estrada que liga São Paulo a Goiás e de Goiás ao Mato Grosso e o envio dos forros para lá caso não arranjam trabalho em trinta dias de sua libertação. É também a primeira a propor a obrigatoriedade do ensino para os ingênuos, pessoas nascidas de ventre livre conforme a Lei 28 de Setembro, que ficaram sob tutela de fazendeiros em número superior a 25.

Outro ponto a se ressaltar é que também propõe o apoio governamental no auxílio de colônias, tal qual os liberais propunham para colônias europeias, através da criação de cinco loterias aos moldes da Grande Loteria da Corte que dividira seus lucros em duas partes, uma destinada aos colonos negros e a outra em 20 partes nomeadas de acordo com as províncias e dividida a quem introduzir mais colonos na região. Cumprindo um papel duplo de dar um futuro a essas populações e povoar áreas dadas como vazias, mas mesmo assim há um silêncio sobre a violência necessária para a tomada de um vazio que consiste na terra natal de indígenas⁴⁸. Que apesar de serem até mais ignorados que os escravizados nessas discussões são sim levadas em consideração, mas apenas pelos aparatos repressivos, com o Ministério da Justiça dedicando uma sessão inteira de seus relatórios aos “selvagens”.

Em resposta à proposta o Correio Paulistano é de que “nenhuma medida directa deve ser adotada além da lei 28 de setembro” e consideram apoiar esta resolução a vendo apenas como uma extensão da mesma, apesar de serem contra a divisão dos impostos das províncias com mais cativos com as que diminuem sua população escravizada e se põe contra o comércio intraprovincial de escravos e aumento das taxas sobre pessoas escravizadas. A despeito das constantes revoltas que se alastram pelo Vale da Paraíba afirma que “o projeto de o Sr. Dias da Silva Junior está, portanto, dentro do plano das medidas legislativas que nos parecem as únicas necessárias neste assumpto”⁴⁹.

Assim o Correio Paulistano se consolida tanto como um defensor da abolição quanto da classe latifundiária. Mas a favor de uma abolição controlada, gradual, pensada e legislada por aqueles que tiram proveito do trabalho escravo que deixam subentendido abriram completamente mão do trabalho forçado quando esse fosse substituído lenta e ordeiramente pelo trabalho dos imigrantes.

E de fato o aumento dos impostos ocorreu em São Paulo com a alteração da matrícula e pecúlio pelo decreto da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo de 10 janeiro de 1881

⁴⁸ CORREIO PAULISTANO (1881, Editorial, p. 1)

⁴⁹ Idem.

que rendeu discussões por quase todo o ano de 1881. A matrícula era a forma como se davam os registros das pessoas mantidas em cativeiros. E pós Lei 28 de setembro de 1871 ela foi utilizada para fazer o controle daqueles que seriam libertos tanto pelo fundo emancipador quanto por idade. O novo decreto de 1881 veio na tentativa de restringir o aumento da população de cativos da província e forçar os barões do café a adotar gradualmente o trabalho livre. A matrícula era a forma do governo de contabilizar as pessoas mantidas em cativeiros e pós Lei 28 de setembro tornou-se ferramenta para controlar e planejar a abolição gradual. O novo decreto provincial obrigava a matrícula de toda pessoa escravizada que adentrasse a província com uma taxa de 2:00\$00 por cabeça e caso não fosse matriculado, em qualquer município da província, haveria além do imposto uma multa de 1:00\$00. Com esse valor arrecadado sendo dividido entre a província e a formação do pecúlio conforme a Lei 28 de Setembro de 1871.

Abrindo exceções apenas a cativos que já pertencessem a residentes da província⁵⁰. Em um editorial alguns dias depois o Correio Paulistano considera a lei possivelmente “prejudicial e cheia de perigos, se não for realizada com a devida prudencia, e de modo a tornar-se effectiva sem ofensa dos princípios economicos que devem ser tidos em grande conta em medidas legislativas dessa ordem”. Pouco depois é criticada a taxação de escravizados que acompanhavam seus senhores em viagem e não residiam em São Paulo. E também solicita a alteração da lei para cobrar a taxa no município de entrada e não em qualquer um da província porque os “introdutores de escravos” iriam simplesmente mentir a data de entrada, não ser cobrados e prejudicar as contas públicas. E critica a intenção do projeto de impedir a mobilidade do escravizado que já se encontra na província, podendo tecnicamente ser matriculado e taxado novamente apenas por cruzar a fronteira e voltar logo em seguida. O que constituiu “o absurdo de semelhante disposição, que seria altamente vexatoria e attentadoria do direito de propriedade, tão legitima neste caso como em qualquer outro”⁵¹.

Vemos aqui que apesar de terem a pretensão de extinguir a escravidão na província se tratam de liberais e assim como os grandes patronos ideológicos do liberalismo clássico sua visão de liberdade, igualdade e fraternidade, não se estendia a todos, mas apenas a seus iguais,

⁵⁰ CORREIO PAULISTANO (1881, Assembleia Provincial, p. 1)

⁵¹ CORREIO PAULISTANO (1881, Editorial, p. 1) . Na edição 07249 foi relatado a introdução pouco tempo depois uma lei parecida no orçamento mineiro de 1881-1884, porém, um pouco mais rígida ainda com 2:00\$00 por cabeça escravizada que adentrar a província, para residir ou não e multa de 1:00\$ para em caso de perda do prazo da matrícula, 3:000\$ para o coletor que não fizer a matrícula e 5:000\$ sobre cada escravizado comercializado em território mineiro.

com os mesmos não se importando tanto com a escravidão de um ponto de vista moral, mas sim de um escopo meramente econômico.

Ao mesmo tempo que se colocam como pessoas modernas essa modernidade dependia da manutenção da propriedade privada, seja essa propriedade a terra, uma carroça, um cavalo ou um ser humano. São em última instância legalistas que defendem o texto frio da lei e mesmo com a pretensão de que seres humanos não fizessem mais parte da categoria propriedade dentro da lei enquanto fizessem o Correio Paulistano defenderia que fossem vendidos e os direitos de seus donos porque do contrário seria cair na anarquia e na quebra da economia. E sabemos também que a pressão contra essa lei ocorreu fortemente porque no ano seguinte o valor diminuiu em 500\$⁵².

O que temos subentendido é em suma um discurso da incipiente pretensão de ordem e progresso que tomaria a Primeira República futuramente. O Brasil precisava se modernizar, e a modernidade era entendida como branca e tudo que fosse de um tom mais escuro deveria gradualmente ser extirpada, sufocada economicamente e ter suas condições de vida dificultadas até que desaparecesse e não fizesse mais parte do projeto de uma nação moderna.

Situação que se vê nas discussões sobre imigração que tomaram o restante da década. Ainda no mesmo ano de 1881 há um vai e volta sobre a situação imigracional dos *coolies* e europeus que extrapolaram os jornais brasileiros. Como vemos na tradução e republicação de matérias do jornal inglês *Weekly Ceylon Observer* que tratava sobretudo da colônia do “Ceylão”, atual Indonésia, que comparava a produção cafeeira da colônia inglesa e a brasileira que a sobrepôs em volume. Comenta a crise que Ceylão passava e recomenda a imigração para o Brasil, provavelmente devido a já terem experiência com a produção de café. É relatado também como o trabalho livre não pode concorrer com o escravo, como se fosse uma forma de concorrência desleal entre as modalidades. Restando apenas a opção do comércio para aqueles que se aventurassem a viver no Brasil, uma vez que ainda seriam súditos da coroa Britânica e são proibidos de possuir escravos. Um ponto a se ressaltar do discurso é a precariedade da vida do imigrante:

“si o administrador vive na mesma casa com o proprietário é considerado como uma espécie de criado grave (*buller*); si tem uma casa separada na fazenda é uma cabana tão miserável. que um *head hanger* voltar-lhe-hia às costas no caso de ser oferecido. Quando o proprietário é rico e passa tempo nas cidade visitando a fazenda mais ou menos uma vez por anno, nesse caso paga bem, para ter certeza de possuir um bom empregado. Mas os escolhidos são sempre brasileiros”

⁵² CORREIO PAULISTANO (1882, Parlamento, p. 2)

Os primeiros caminhos de ferro foram construídos sob a superintendência de ingleses ou americanos, mas os poucos ingleses que empregaram-se nestes depois de abertos ao tráfego, tem sido gradualmente suplantados por brasileiros, portugueses e alemães que trabalham ganhando menos.

[...]Mas nestes ultimos seis annos os portuguezes, italianos, e outros sub-empreeiteiros tem-se incubido de obras por preços que não podem deixar um lucro licito.”

[...]O que serve para o plantador de café do Ceylão é um terreno onde possa applicara experiencia que levou annos em ganhar. [...] deve ir para um lugar em que são estes confiados a uma raça inferior como os coolies, chinezes, ou negros livres.⁵³”

Assim podemos notar uma preferência por pessoas da Europa Ocidental e Mediterrânea no projeto de uma recolonização civilizada do Brasil, mesmo que os indonésios tivessem a expertise na produção do principal produto de exportação da economia brasileira à época a sua dignidade nessas terras só era garantida mediante a sorte. Porque ao contrário do que a elite liberal responsável pelo Correio Paulistano defendia não estava acontecendo um projeto recolonial, mas sim a substituição da mão de obra escrava pela mais barata possível e por isso trabalhadores experientes indonésios não seriam a melhor opção no momento. E o *Weekly Ceylon Observer* faz um breve comentário da política interna brasileira e o que há de se esperar dela no que tange o futuro o trabalho:

“Não há agora tanta procura para colonos europeus, os fazendeiros esperam o resultado da missão á China para fazer alguma cousa.

Vejo que tivestes em Ceilão os membros dessa comissão, em sua viagem para a China. Si não fizer-se alguma cousa no sentido do trabalho asiatico, não se ve o modo algum *out of the fix* que os grandes proprietarios possam seguir.

Não está tão próximo o fim da escravidão como poder-se hia suspeitar. E’ bem possivel que os escravos aproveitem-se de alguma comoção civil para libertar-se. [...] ameaça apresentar todos os annos um projecto para libertarem os escravos em 1890. Será uma questão muito difícil que a Constituição garante os direitos de propriedade e o escravo é propriedade. Haverá fortes reclamações para uma compensação.

Os fazendeiros dizem que se tiverem os chins a compensação pedida será menor.

O governo declarou que nem importará chins por si mesmo e nem garantirá a Compahia, ou á pessoa alguma, subsidio ou privilegio para esse fim : tratará simplesmente de abrir caminho por um tratado com o celeste imperio.

⁵³ CORREIO PAULISTANO (1881, Editorial, p. 1)

Estou ansioso á espera de que possamos vender ; trabalharmos actualmente com colonos escolhidos de primeira classe com escravos alugados : nenhum outro modo é possível”⁵⁴.

Houve então disputa entre o que deveria ser feito e quem deveria ser importado ao Brasil para substituir a mão de obra escravizada que nacional e internacionalmente tinha por volta da data limite de 1890 para seu fim. Com a pressão senhorial ocasionando em uma missão diplomática para a China em busca de trabalhadores baratos que em contrapartida acalmariam as demandas senhoriais por compensação no início da próxima década. E sabemos aqui eles falharam pelo simples fato de no momento da escrita deste texto chineses e seus descendentes no Brasil constituírem apenas 0,9% da população brasileira enquanto a italiana representa 12,3%⁵⁵.

A imigração chinesa, apesar de preferência da classe senhorial, foi dificultada pelos ideais modernizantes da classe liberal que pretendia, baseados em ideais de darwinismo social que emergiram na Europa na década de 1870, branquear o Brasil para modernizá-lo. Mas houve um meio termo entre os dois que podemos ver na própria matéria do *Weekly Ceylon Observer* os colonos não vinham para cá para ocupar a terra como pretendiam os liberais. Eles vinham para ser explorados como mão de obra barata. E como a exploração dos chineses não foi facilitada e pela irrisória expressão da cultura indonésia na sociedade brasileira podemos deduzir que estes não tiveram o ânimo ou incentivo de vir trabalhar nos cafezais pós-escravidão. Então, restou aos futuros cidadãos da futura branquitude brasileira o papel de trabalhar nas condições brutais a que estavam habituados os escravizados.

A precariedade material dos imigrantes tomaram espaço no debate público e foi necessário até um editorial inteiro em 1882 para defender a imigração no Brasil. Nesse editorial, o Correio Paulistano ataca as alegações comuns na Alemanha e Suíça de que o colono vivia quase como um escravo. Criticando o governo e a imprensa dos dois países e acusando-os de espalhar informações falsas sobre a real condição material de vida dos imigrantes. Ressaltando o papel do governo brasileiro de intervenção e fiscalização das disputas entre colonos e fazendeiros que resultaram em queixas exageradas por parte dos estrangeiros. Ainda cita como

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Vêras discute imigração e assentamento da comunidade chinesa no Brasil e sua concentração na cidade de São Paulo em sua tese de doutorado: *As Diásporas Chinesas e o Brasil*. E o IBGE comenta em seu site o povoamento de italianos no território brasileiro, estes que compuseram 42% dos imigrantes que vieram para o país.

principalmente na Itália há uma grande disposição e boa imagem do país que resulta na massiva imigração por parte deles.

Defende também o decreto n.2827 de 15 de Março de 1879 que, apesar de precisar de modificações, dava todas as garantias e direitos aos estrangeiros aqui. Editorial escrito em resposta a outro do *Eco d'Italia* um jornal de imigrantes que estava denunciando as condições de vida, criticando a falta de cobertura legal e manchando a imagem do Brasil no exterior⁵⁶. Então na prática, os imigrantes em São Paulo foram mão de obra barata e não colonos como o plano liberal pretendia.

E neste período foi criada Associação Proctetora dos Immigrantes na província do Rio Grande do Sul, província onde houve uma versão mais próxima do plano liberal de recolonização. Desta vez com apoio do governo provincial para auxiliar a dita “immigração espontanea” gerada pelo seu clima ameno e o solo fértil. Objetivando “receber os immigrantres, proporcionando-lhes as commodidades a que têm direito como hospedes ; dirigi-los ; guia-los ; tratado dos meios de estabelece-los cooperando para sua futura felicidade ; advogar pelos seus interesses”. Em sua busca de fornecer todas as condições necessárias para o florescimento da moderna branquitude na província. E sobre aqueles que até então trabalhavam a terra? A logo abaixo desta, na próxima notícia do Rio Grande do Sul há a notificação da morte do tenente-coronel João Machado Ramos em um confronto com um escravizado. Restava então para os negros da província lidar com o aparato de repressão regional⁵⁷.

O debate jornalístico, mesmo após o Correio Paulistano se tornar abertamente abolicionista em 1882 continua centrado na questão da imigração e entrega de terras a estes e como seria modificada a lavoura através de métodos racionais, buscando sempre modelos a serem utilizados de exemplo a serem aplicados no Brasil. Que é considerado pelo jornal como um país desocupado, sumariamente ignorando as populações indígenas. Os ex-Confederados do Sul dos EUA são o principal modelo de como a abolição da escravidão traz a modernização, industrialização e prosperidade para uma terra não desenvolvida pelos vícios do trabalho irracional escravagista trazia⁵⁸.

A quebra desse debate centrado em modelos futuros se dá no final de 1883 devido a um acontecimento citado aqui anteriormente por ter tomado meia página de um dos Relatórios do Ministério da Justiça: a revolta dos lavradores de Jacareí para expulsar os abolicionistas de seu

⁵⁶ CORREIO PAULISTANO (1882, Questão de colonos, p. 1)

⁵⁷ CORREIO PAULISTANO (1882, Provincia do Rio Grande do Sul, p. 1)

⁵⁸ CORREIO PAULISTANO (1883, Terras publicas e immigrants, p. 1)

termo. Por mais que discussões civilizadas em torno do dito “Estado Servil”. Estado Servil ou Questão Servil são os termos utilizados quando o debate tinha a pretensão de ser algo mais elevado e civilizado. Com as palavras escravo e servo relegadas a questões do dia a dia e ao texto da lei.

A crise de Jacareí foi originada das ações de um membro das forças de repressão imperiais, o coronel Francisco Felix da Rocha Martins, denunciado publicamente em um abaixo assinado que tomou a terceira página do Correio Paulistano no dia 7 de dezembro de 1883 direcionado ao Chefe de Polícia. Junto do Coronel Francisco Martins estava Antônio Henrique da Fonseca que fora convidado pelo Coronel após recentemente expulso de Araraquara e outros municípios não mencionados por ser considerado um aliciador de escravos. Este chegou na cidade afirmando que iria libertar todos os cativos e que era pago um valor de 200\$00 por pessoas da capital. Incitando os escravizados a matarem seus senhores e familiares, atos que eram parte de seus direitos de liberdade e por isso não seriam penalizados porque ele, sendo advogado, os defenderia no tribunal. Fonseca fora recebido e acolhido na farmácia de João Macario de Paula Martins. E o Coronel Martins, presumivelmente parte do aparato de segurança municipal, tanto enviava quanto acompanhava os escravizados a farmácia onde Fonseca se hospedava. Também é relatado a fuga de cativos que posteriormente eram capturados na casa do Coronel⁵⁹.

Indignados com a situação, os moradores da cidade procuraram o juiz de direito da comarca, dr. Pessoa de Mello, que recebeu a acusação e não abriu inquérito policial. Fazendo a os locais perderem a fé nas instituições públicas municipais e agir por si só para evitar o acontecimento de uma insurreição escrava em grande escala no município. O jornal fornece então uma versão mais detalhada dos acontecimentos relatados pelo Ministério da Justiça, onde um grupo de cerca de mil pessoas cercou as casas dos abolicionistas às 8h15 da manhã do dia 26 de novembro de 1883, desarmaram o coronel, e os escoltaram até a estação de trem onde haviam pago as passagens para expulsá-los da cidade. Obrigando a partir dali o Coronel Martins, Antônio Fonseca e Nicoláo Chioff que teve sua expulsão recomendada pela colônia italiana da qual fazia parte por ajudar estes homens⁶⁰. Demonstrando uma divisão até mesmo dentro das novas colônias, nas quais nem todos se sentiam confortáveis com a manutenção de pessoas escravizadas.

⁵⁹ CORREIO PAULISTANO (1883, Representação dirigida ao exm. sr. dr. chefe de polícia, pelo povo da cidade de Jacarehy, p. 3)

⁶⁰ Idem.

Aqui há uma certa incongruência entre a fonte e a bibliografia. Tanto Sodré quanto a Hemeroteca Digital dão o fim do antigo rival do Correio Paulistano, o Diário de São Paulo, no ano de 1878, sendo este também o fim das edições disponíveis digitalmente na Hemeroteca. Todavia no final de 1883 começam a ser publicadas respostas a matérias do Diário de São Paulo. Dessa vez o acusando de ser um “órgão essencialmente escravista”. Com uma das primeiras menções na página dois da edição que denunciou os abolicionistas ao chefe de polícia em um ataque duplo a Gazeta Liberal e ao Diário de São Paulo⁶¹. Pode ter havido ali uma ressuscitação que não foi relevante o suficiente para tomar nota por Sodré e ser documentado. Ou então essa segunda versão do jornal escravagista teve o infortúnio de ter suas edições perdidas. Não há como afirmar que se tratava do mesmo periódico ou o mesmo editor de cinco antes, mas pelos comentários do Correio Paulistano os ideais escravagistas continuavam os mesmos e possivelmente até mais radicais, defendendo o ataque aos abolicionistas.

Pelo que é possível entender pelas esparsas respostas do Correio Paulistano no fim de 1883 é provável que o órgão da fazenda tenha sido retirado do túbulo pouco antes dos acontecimentos de Jacareí, que tomaram proporções grandes o suficiente para serem mencionados pelo Ministério da Justiça com alguma preocupação. Há a possibilidade de ser uma resposta da classe senhorial ao avanço abolicionista na província e sua prevalência na imprensa, tendo o maior jornal de São Paulo abertamente a seu favor. E as menções ao ex-rival duram até pouco depois da metade de 1884.

Com essa segunda vida do Diário de São durante de poucos meses a no máximo um ano. O que também pode se inferir do ocorrido em Jacareí é a subnotificação desse tipo de caso. Não há menções no Ministério da Justiça e nem no Correio Paulistano da expulsão de Antônio Fonseca de Araraquara. Entendemos então que esses casos eram mais comuns do que o notificado e também que mesmo os abolicionistas liberais tinham medo do tipo de reação que esse tipo de incitação poderia tomar.

Tanto que em 13 de dezembro de 1883 foi publicado um editorial comentando os ocorridos em Jacareí no final do mês anterior que deixava evidente a falta de fé nas instituições públicas na manutenção da lei e da ordem. Acusando os agentes policiais de serem os cabeças de crimes horrorosos e acertadores daqueles que os cometem. E prosseguem a comentar vários casos recentes com envolvimento policial em assassinato de cidadãos e inação do chefe de

⁶¹ CORREIO PAULISTANO (1883, D’aqui, d’ali, p. 2)

polícia que preferiu aderir a festividades ao invés de ir até as localidades dos crimes⁶². Defendendo estes ataques à polícia como uma manutenção de seus princípios.

O Correio Paulistano era um jornal liberal e legalista, por mais que quisesse uma abolição era esta baseando-se em conceitos da modernidade branca e darwinista que regiam sobre a Europa Ocidental neste princípio. A violência contra os cidadãos, ainda mais por mãos negras, era então uma ofensa ao ideal progressista liberal. E a classe senhorial não mais podia contar com a polícia como garantidora da punição e intermédio de revoltas escravas. O abolicionismo tinha adentrado do mais baixo ao mais alto nível da estrutura do Estado brasileiro e ameaçava a continuidade de um governo que tinha desde a sua incipiência o trabalho forçado como fundação.

Entre o final de 1883 e início de 1884 não mais era possível manter o debate civilizado e ordeiro que regia a elite progressista paulista até então. O pacto de censura não mais era capaz de calar as revoltas que tomavam conta do país e da principal zona econômica em expansão de São Paulo. A onda negra que intitula um dos principais livros de Célia Marinho de Azevedo tinha se instalado no Oeste Paulista e a marola havia se tornado um tsunami. Ao alvorecer de 1884 o debate não era mais uma questão do que se fazer no futuro para civilizar o Brasil, mas sim de como agir para sobreviver a violência do agora.

Porém de continuar esta discussão é necessário também esmiuçar a estrutura e funcionamento do aparato repressor que estava dividido entre a proteção senhorial e os sentimentos humanitários das massas que o compunham. A estrutura policial do Segundo Reinado começa a se organizar no ano seguinte ao Golpe da Maioridade em 1841 com a primeira reforma do Código de Processo Criminal visando centralizar a fiscalização e punição das transgências do código legal. Retirando parte das incumbências dadas ao juiz de paz pelo código de 1832⁶³. Com as tarefas transferidas aos chefes de polícia, a maior autoridade de segurança das províncias. Que além de terem a prerrogativa de investigar, expedir mandados e prender tinham agora também o poder de julgar pequenos delitos. Houve a concentração do poder repressivo imperial no Ministro da Justiça, que no recorte aqui trabalhado era Francisco Sodré. O qual tinha a tarefa de manter a segurança e ordem pública e utilizava-se do poder de nomear funcionários da polícia e todos os juízes, salvo o juiz de paz⁶⁴.

⁶² CORREIO PAULISTANO (1883, Editorial, p. 1)

⁶³ REGÊNCIA. **Decreto-lei nº 29 de novembro de 1832, de 29 de novembro de 1832**. Código do Processo Criminal de Primeira Instancia. Rio de Janeiro, 29 nov. 1832.

⁶⁴ Idem.

Em 1871 houve mais uma reforma que reforçava ainda mais as diferenças entre os cargos policiais e judiciários, atestando a incompatibilidade dos cargos de juiz e substitutos com autoridades policiais. Como forma de padronizar o andamento dos processos criminais, o texto legal define diretrizes a serem seguidas pela polícia de como proceder com o processo, imputar culpa e a prisão dos transgressores. E delimitava mais ainda que tipo de pessoa poderia ocupar o cargo de chefe de polícia, o responsável pela segurança provincial. Houve também a abertura da acumulação do cargo de Juiz de Direito da Comarca pelo Chefe de Polícia em cidades populosas. Com a lei tipificando que poderiam haver até três com jurisdições cumulativas e uma delas deveria ser do chefe de polícia⁶⁵. Assim a hierarquia se consolida, com o Ministro da justiça nomeando o Chefe de Polícia de cada província, que por seguinte nomeiam os subdelegados e seis substitutos de nível paroquial. Lembrando que o Ministro também tinha a prerrogativa de nomeação de todos os juizes que não o juiz de paz, que por sua vez nomeava outros cargos referentes ao seu trabalho.

Mas isto não significa que a polícia agia apenas em casos criminais. Até a Primeira República inexistiam estruturas governamentais a nível local capazes de atender a emergências municipais. Desse modo, a PM se tornou o órgão para onde escorriam uma miríade de problemas sociais, mantendo firme a conexão entre as comarcas e o Estado. Para tal faziam recenseamento, alistamento militar, cuidar do devido funcionamento do comércio, controle das doenças e epidemias, manter doentes mentais fora do convívio social até abrirem vagas nos hospitais na capital.

Há casos como o da própria PMSP que em seu site fala orgulhosamente da criação da Secção de Bombeiros Sargentos em 1880⁶⁶. Em suma a polícia tinha a tarefa de zelar pelo bem e a ordem pública, uma vez que em muitos municípios era a principal forma que o Estado se fazia presente. E, portanto, aglutinava funções esperadas de outros órgãos, dessa forma a polícia se via quase sempre incapaz de reprimir as inúmeras revoltas de pessoas escravizadas por ter um baixo efetivo, que por sua vez tinha grande parte dele dedicado a outras tarefas além do policiamento⁶⁷.

⁶⁵ As alterações na legislação foram feitas no Decreto-lei nº 2.033 de 20 de setembro de 1871. Neste texto também é criado mais um cargo de Juiz de Orfãos na capital. É muito provável que em antecipação a da Lei nº 2.040 de 28 de Setembro de 1871 que foi promulgada apenas oito dias depois da reforma. Assim já ocupando o cargo de quem seria responsável por fiscalizar as tratativas dos filhos de ventre livre.

⁶⁶ SÃO PAULO, Polícia Militar. História da PM. In: **História da PM**. [S. l.], [2013-?].

⁶⁷ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década**

E assim adentramos o ano de 1884, com os senhores e abolicionistas agindo a seu bel prazer para atingir seus objetivos políticos e os liberais gritando por socorro imperial. É nesse contexto que a Associação Libertadora Cearense começa a aparecer e os debates imigracionais a minguar nas páginas principais. A princípio com uma pequena nota relatando que o Imperador havia feito uma doação de 400\$ aos seus cofres⁶⁸. O mesmo Dom Pedro Segundo que pouco tempo depois ordenou a supressão da Libertadora em uma matéria republicada do jornal O Globo:

Fortaleza, 8 de Junho. – Consta-nos que o governo imperial ordenára ao presidente da provincia que opprimisse a associação Libertadora, por ter o director do *Cearense* communicado para a corte que houve levantamento de escravos, promovido pela Libertadora.

Consta que ha demissões e suspensões de empregados públicos, membros d'aquella associação.

A noticia tem causado grande sensação n'esta cidade⁶⁹.

Tudo isso no mesmo Ceará, onde a mesma associação aboliu a escravatura a partir de um movimento de massas que passou de porta em porta libertando cada escravizado da província. Vemos nesta pequena matéria a incipiência de algo que viria em pouco tempo a tomar o país de assalto. A libertação desordeira e anárquica feita pelas próprias mãos dos flagelados. Se continuasse assim, sem controle, a elite não sobreviveria até a data limite de 1890. E fora pequenas notas relatando o ocorrido, não houve grande comoção do Correio Paulistano à cerca de um dos movimentos sociais mais exitosos do século XIX. Em partes, era claro o seu enfoque na política local de São Paulo. Mas também existe o fator do não tão explícito medo que tomava conta do Vale do Paraíba e Oeste Paulista, das constantes insurreições e da hesitação em noticiar algo que pudessem incitar mais ideias radicais nos corpos que dormiam ao lado.

E assim entramos no caso que tomou o debate paulista em 1884 e deu origem a essa monografia: o delegado abolicionista de Pirassununga. Sua primeira menção é em uma nota de quatro linhas da edição 08286 na segunda página do jornal lê-se: “Pelo Cidadão José Rodrigues

da Abolição. 2. ed. rev. São Paulo: Editora UFRJ e Edusp, 1994.

⁶⁸ CORREIO PAULISTANO (1884, Boletim do dia, p. 3)

⁶⁹ CORREIO PAULISTANO (1884, Fortaleza, p. 2)

de Mello foi apresentada uma denúncia contra o delegado de polícia de Pirassununga ao dr. Promotor público da comarca.⁷⁰”

Duas edições depois temos na primeira página na sessão Boletim Dia informação de que ocorrera uma sublevação de escravos na fazenda Santa Rita, pertencente a d. Rita Antônia de Campos Serra, em Belém do Descalvado atual município Descalvado na região Centro-Leste da Província de São Paulo. O jornal defende o chefe de polícia, Sr. Camargo, que foi censurado pelo Vice-Presidente da província por ter solicitado a demissão do delegado de Pirassununga em um relatório enviado ao governo acusando-o de ser supostamente o cabeça da revolta dos cativos de Dona Rita que ocorreu em 20 de maio de 1884. Parte do relatório foi publicado três meses depois e será aqui transcrito na íntegra:

Interrogando a todos os escravos cada um de per si, não achei nexos nem fundamentos nas suas queixas, porque ao passo que acusavam alguns deles ao administrador logo declaravam-me que esse mesmo administrador nem os castigava nem os maltratava. Outros diziam que a alimentação não presta, mas em seguida confessavam que comiam tres vezes ao dia havendo carne secca e ás vezes carne fresca. Revistei-os para ver se achava signaes de sevicia, mas pelo contrario, o bom tratamento, e as roupas que traziam convenceram-me de que ainda sob este ponto de vista não se podia condemnar a proprietária ou o seu administrador.

Affnal, vendo que se acham arrependidos do máu proceder que tinham tido, compreendi que eles tinham sido arrastados áquelle passo por seducção de outrem.

Quando houve o brado de revolta, o administrador escapou de ser assassinado, assim também sua mulher e filhos. Em seguida os escravos mais arrebatados vociferavam que na fazenda, sob pena de morte não ficaria um só porque em Pirassununga todos teriam por si a autoridade, que já havia apadrinhado a um deles.

Isso que foi-me referido pelos mesmos escravos, combinando com a hospedagem que os fugitivos tiveram nessa cidade, com o modo de expressar-se do delegado dahi já quando interoguei-o sobre o assumpto, já nas cartas por ele escriptas buscando apadrinhar um dos pretos, e que sugeito ao conhecimento de v. exc., faz-me acreditar que esse delegado devia ser demittido a bem do serviço público, mesmo porque houve quem ne affançasse serviço que d’alguns desses escravos elle se servira em seu serviço particular; facto este que teve confirmação , quando elle mandou chamar os que estavam em sua casa, na presença do sr.secretario, do commandante da força e de outros, para com os restantes seguirem do hotel Veiga para o Descalvado⁷¹.

⁷⁰ CORREIO PAULISTANO (1884, Nota, p. 2)

⁷¹ CORREIO PAULISTANO (1884, Editorial, p. 2)

Mas antes dos ocorridos do jornal podemos remontar o caso por completo através dos comentários de Maria Helena Machado sobre o início do caso. Onde o delegado de Belém do Descalvado solicitou por telegrama a intervenção do chefe de polícia, Hypólito Camargo, por causa de uma revolta que estourou na fazenda Santa Rita com mais de 100 escravizados em sublevação que expulsaram o administrador da fazenda. E posteriormente com o telegrama do juiz municipal de Descalvado informando que mais de 40 pessoas fugiram da fazenda⁷².

A matéria de 22 de maio descrevia o relatório e questionava se o delegado já havia sido destituído do cargo 24 horas após a revolta. Afirmando e defendendo a confiança e permanência nas palavras do chefe de polícia. Questionando também a intervenção de alguma força superior no ataque do vice-presidente, sr. Assumpção. Acusando o jogo político ocorrido nos últimos 60 dias de intervenção do Sr. Assumpção em dois chefes de polícia, o Dr. Hypolito de Camargo em Pirassununga e o Dr. Baeta Neves que foi afastado após supostamente investigar um assassinato. Havia então uma crise institucional na segurança paulista que resultou na queda de um dos responsáveis por ela e o abalo na posição de seu sucessor.

Então, ao repreender o Chefe Camargo, o vice-presidente estava atacando além do sujeito em si a própria hierarquia da polícia. Dado que ele estava apenas cumprindo o seu papel em fiscalizar alguém que estava abaixo dele na cadeia alimentar. E aqui o Correio Paulistano acusa haver muito mais do que só uma questão legal em jogo. Ele critica o seu rival, o recém ressuscitado Diário de São Paulo repetidamente referido como “órgão essencialmente escravagista” que apesar de ser um jornal anti-abolição estava defendendo o delegado responsável pela revolta violenta de escravizados e o Correio Paulistano, abolicionista, condenando o delegado abolicionista. Situação que a princípio leva o leitor a ter uma leve câimbra mental. Mas só se levarmos em consideração o texto frio da lei sobre as indicações das forças de segurança, pressupondo que os candidatos tecnicamente mais qualificados para os cargos seriam indicadas sem passar pelos complexos emaranhados políticos da realidade material.

O Diário de São Paulo para defender o delegado para seu público pró escravidão alega que o delegado não apenas não é abolicionista como também é perseguido por esse grupo. Mas, por outro lado o delegado era influente no 7º Distrito Agrícola de Campinas⁷³. De tal forma que a sua demissão atrapalharia a candidatura do Dr. Francisco Antônio de Souza Queiros pelo

⁷² Machado (1994, p. 67)

⁷³ CORREIO PAULISTANO (1884, Boletim do dia, p. 1) Nessa edição é discutida a questão eleitoral e os candidatos envolvidos.

Partido Liberal⁷⁴. Que possivelmente era um dos Irmãos Siameses⁷⁵ que o Correio acusava de serem o motivo da ação do vice-presidente contra o chefe Camargo. Tudo para se prepararem para as eleições de dezembro de 1884.

Aqui vemos também uma fragmentação no próprio movimento abolicionista, mesmo sempre denunciando os ditos órgãos da fazenda como o Diário de São Paulo por defenderem a escravidão e a truculência para mantê-la o Correio também condena a ação do delegado enquanto atesta a legitimidade da candidatura do Dr. Francisco Queiroz. Classificando como “abolicionismo autoritário” e ilegítimo, clamando pela punição dos criminosos. Vemos aqui um abolicionismo que tem medo do terror e da dita anarquia que revoltas violentas causariam, optando por uma abordagem legalista em relação à questão servil. Há então a existência de um abolicionismo certo e errado e por tabela também uma escravidão certa e errada. Dependendo somente da aderência dos dois ao texto legal. E a anarquia temida pelo jornal não era necessariamente a doutrina política da anarquia, mas sim a quebra das leis em larga escala por vários setores da sociedade.

Mais uma vez o Correio acusa o Diário de São Paulo de hipocrisia e adesão a um programa político ao defender um delegado desordeiro e criminoso quando no ano anterior o Diário se posicionou contra o delegado, escravagista de Jacareí que não ofereceu garantias aos abolicionistas expulsos pelos lavradores do município em uma revolta de agricultores contra o avanço de abolicionistas em suas terras. O Diário foi visto diversas vezes defendendo soluções violentas contra quem pregava a libertação, mas não achou válido comprar briga com o Estado para defender um funcionário público que corroborou com suas ideias e por isso foi demitido. Permanecendo calado diante do avanço da cavalaria contra os agricultores de Jacareí⁷⁶. Vemos aqui novamente o caráter legalista do Correio Paulistano defendendo a manutenção da ordem pública cobrando a demissão de dois delegados, um pelo crime de prevaricação e o outro por incitar revoltas contra o governo.

⁷⁴ CORREIO PAULISTANO (1884, editorial, p. 2) Aqui vemos uma certa urgência do Correio Paulistano sobre o caso por ter publicado duas edições no mesmo dia. Com a segunda concentrando-se em defender-se dos ataques do Diário de São Paulo.

⁷⁵ Correio Paulistano (1884, Boletim do dia, p. 1) Os candidatos foram citados nominalmente pela primeira vez nesta edição, anteriormente apenas comentavam de interesses eleitorais.

⁷⁶ As matérias do Correio Paulistano do final do ano anterior não citam o governo ter enviado tropas, sobretudo a cavalaria que era utilizada em grandes revoltas, contra os lavradores de Jacareí. Limita-se a comentar a falta de segurança e confiança nas forças policiais e a publicar o abaixo assinado destinado ao Chefe de Polícia Dr. Hypolito Camargo.

No decorrer das edições é possível acompanhar o desenrolar dos fatos, com a maior parte do tempo o debate tendo ficado preso em ofensas e acusações entre o Diário de São Paulo e o Correio Paulistano. Com um defendendo o delegado e o outro o chefe de polícia. Nesse meio tempo há uma sessão na primeira página do dia 1 de junho de 1884 intitulada “Ao Diário de São Paulo” onde é comentado o que foi ali um grande precedente para a ação policial nos anos seguintes. Recomendando a leitura de um ofício do Presidente do Amazonas, José Jansen Ferreira Jr., a um delegado onde ele instruí-a-o libertar os escravizados que se encontravam recolhidos na capital ao invés de prendê-los. Considerando a cadeia é um espaço para processos de justiça, dever incompatível com a punição de escravos. E que não seja mais atendida requisição de senhores para a prisão de escravos⁷⁷.

A próxima atualização sobre o caso só se deu em uma linha do Requerimento de despacho pela presidência publicado no Correio no dia 12 de junho de 1884, que apesar de bastante danificado é possível ver um pedido de 60 dias de licença feito pelo Chefe Camargo⁷⁸. Dois dias depois há um debate acerca de qual seria o próximo passo do vice-presidente Assumpção, visto que o Diário Oficial do dia 11 do mesmo mês veio com recomendações do Ministro da Justiça ao presidente da província de tomar as medidas necessárias a evitar que aconteçam outros casos como os da fazenda Santa Rita e instruindo a substituição de autoridades policiais envolvidas direta e indiretamente no caso⁷⁹.

Temos mais detalhes da discussão no governo imperial com a publicação de um debate parlamentar do dia 20 de junho, publicado no dia 22. Onde o Sr. Correia reitera as ordens do Ministro da Justiça, argumentando que sua interpretação na decisão do dia 11 de junho pode ter caráter retroativo e se aplicar a casos anteriores e não apenas a província de São Paulo, mas sim as forças policiais de todo o Império. Houve também a confirmação de que o delegado não foi demitido, mas também de que o Ministro Sodré atestou a veracidade do relatório de Camargo. O considerando-o o magistrado de confiança dada a ausência do vice-presidente no local do ocorrido. O jornal então atesta que o vice-presidente manteve o posto do delegado e deveria ter passado a administração ao presidente conservador da Câmara Municipal. Foi então noticiada a demissão do Chefe Camargo que será substituído por um juiz de direito que se encontra no

⁷⁷ CORREIO PAULISTANO (1884, Ao Diário de São Paulo, p. 1)

⁷⁸ CORREIO PAULISTANO (1884, A Câmara, p. 2)

⁷⁹ CORREIO PAULISTANO (1884, Boletim do dia, p. 1)

Espírito Santo e era parente de um deputado não informado⁸⁰. Sete edições depois foi confirmado que o substituto se tratava do Dr. Arnaldo de Oliveira⁸¹.

Quatro edições depois temos do Correio Paulistano comentando as alegações do Diário de São Paulo de que o vice-presidente fora amarrado num poste e chicoteado pelo governo imperial, que saiu em defesa de Hypolito Camargo. Mas o que chama a atenção aqui é a permanência do vice-presidente no cargo, que aturou as humilhações públicas para não passar o governo ao presidente da Câmara Municipal que era do partido oposto. Tanto neste quanto nas próximas duas vezes que o ocorrido é citado são tecidas críticas morais ao vice presidente, Diário e a Gazeta Liberal que também saiu em defesa do vice-presidente, afirmando que o governo sucumbira a pressão dos órgãos da lavoura e acusa os envolvidos de trocar “o programa essencialmente escravocrata” pela salvação de candidaturas para não perder o apoio de candidatos escravagistas.

E por fim publica parte do relatório do ex-chefe Camargo ao surgirem novas alegações de maus tratos dos cativos fazenda Santa Rita, teorizando uma mudança para punições mais violentas após o ocorrido do dia 20 de maio⁸². Vemos a gradual perda de relevância da Revolta de Pirassununga, o acontecimento de maior relevância no ano de 1884 para o Correio Paulistano, que sai da primeira para ocupar quase metade da segunda página com frequência. Sempre pontuando também como o abolicionismo violento do delegado é inaceitável.

1885-1888: façamos a abolição antes que o povo a faça

Após a agitação de 1884 o ano seguinte é, pelo menos no noticiário, mais calmo. Com a existência de crimes cometidos isoladamente por escravizados entre suas páginas, mas sem os longos editoriais comentando os casos como fizeram no último um ano e meio. E também não havia mais seu antigo rival, o Diário de São Paulo fazendo contraponto ao Correio. Como que em uma tentativa de retornar ao almejado debate civilizado que foi perdido no ano anterior. Numa tentativa de retomar o papel midiático de manter a opinião pública longe da concepção de um confronto irreversível entre os cativos e seus senhores.

⁸⁰ CORREIO PAULISTANO (1884, Editorial, p. 2)

⁸¹ CORREIO PAULISTANO (1884, Requerimento depaschods pela presidência p. 2)

⁸² Idem; CORREIO PAULISTANO (1884, Editorial, p. 2); CORREIO PAULISTANO (1884, Editorial, p. 2); CORREIO PAULISTANO (1884, Editorial, p. 2)

O que vemos aqui é uma aceleração da discussão acerca da imigração como saída para emergência social que estava engolindo o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista. E o mesmo também foi entendido pelos parlamentares que iam e voltavam com os valores das taxas sob escravizados. A primeira proposta do ano era de 5\$000 por urbano e 3\$000 pelo que se encontrasse em zona rural. Taxa altamente debatida por ser pesada demais nos lavradores que ameaçam levá-la ao Rio de Janeiro para tentar reverter o imposto⁸³. E posteriormente o imposto foi diminuído para 1\$000 por ano para cada escravizado nas fazendas, com o valor indo para as despesas do serviço imigracional do município onde eles se encontram. E 3\$000 para os cidadãos. Com os fundos arrecadados indo para o fundo de emancipação do município desses escravizados⁸⁴.

É importante apontar que havia aqui uma diferença entre os senhores das principais zonas econômicas paulistas, o mais antigo e já estabelecido Vale do Paraíba e o mais recente Oeste Paulista. Nessas disputas internas que se acirravam os dois entram em confronto. Enquanto o Vale do Paraíba era majoritariamente escravagista, o Oeste era onde se encontravam os ditos fazendeiros progressistas imigracionistas que tentavam evitar passar pelos problemas que o Vale do Paraíba enfrentava com as revoltas de escravizados.

Esses segundos, mais representados pelo Correio Paulistano, viram a oportunidade de diversificar a economia conforme se estabeleciam. E seu caráter dito progressista não era advento de uma visão idealizada de tratar o outro como um sujeito digno de suas próprias aspirações e direitos, era de medo mesmo. A multidão de escravizados vindos do Norte, juntamente com a indisciplina causada pela lei 28 de setembro de 1871 e o temor de uma guerra civil aos moldes norte-americanos levavam os senhores das terras a Oeste a procurar alternativas ao risco que era se rodear de negros⁸⁵.

O imigrante não necessariamente era a única alternativa para a província de São Paulo. No final da década de 1880 Joaquim Floriano de Godoy tentou provar como a mão de obra nacional era o suficiente para suprir as necessidades agrícolas paulistas, contando com 252.579 trabalhadores livres e 308.581 desocupados⁸⁶. Que juntamente com os futuros libertos de 1888 eram um número expressivo de futuros trabalhadores. Mas aqui não se trata de propiciar uma

⁸³ CORREIO PAULISTANO (1884, Assembleia Provincial, p. 2)

⁸⁴ CORREIO PAULISTANO (1884, Assembleia Provincial, p. 3)

⁸⁵ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra Medo Branco**: O negro no imaginário das elites século XIX. 2. ed. rev. Pinheiros SP: Annablume editora, 2004. p. 104-211.

⁸⁶ Idem.

vida melhor para eles, mas sim de se livrar do risco que representam mantendo a margem de lucro alta através da exploração do trabalho barato.

A primeira opção para o barateamento dos custos foi a exploração de chineses, mas como o Passo Imperial se recusou a facilitar sua imigração a outra opção foram os europeus, sobretudo italianos. Que podem até se ver como sendo menos onerosos que a manutenção de uma pessoa em cativeiro. Vamos aqui calcular o custo de um escravizado em meados de 1885 após as tentativas do governo provincial de torná-lo economicamente inviável. Serão calculados os valores em réis e convertidos em seu valor aproximado em real⁸⁷ para melhor entendimento dos custos de um escravizado em meados de 1885.

IDADE DOS ESCRAVOS		Indemnização pecuniária	Indemnização por tempo de serviço a que ficam obrigados
Escravos do 20 annos para menos		400\$000	7 annos
>	> 20 a 25 annos	400\$000	6 >
>	> 25 a 30 >	400\$000	5 >
>	> 30 a 35 >	400\$000	4 1/2 >
>	> 35 a 40 >	350\$000	4 >
>	> 40 a 45 >	300\$000	3 1/2 >
>	> 45 a 50 >	250\$000	3 >
>	> 50 a 55 >	200\$000	2 >
>	> 55 a 60 >	150\$000	1 >
>	> 60 annos para mais	100\$000	Livres

88

Por esta tabela podemos ver que em meados de 1885 além do valor de compra e da manutenção já se tinha como certo que a pessoa não seria submetida à condição de posse para sempre. Pela terceira coluna da tabela mostrando o tempo de serviço ao qual os escravizados seriam forçados a trabalhar antes de poderem ser libertos através de pecúlio ou do fundo de

⁸⁷ Laurentino Gomes estabelece o valor aproximado de 1 real sendo equivalente R\$0,123, 1 mirrêis (mil réis) sendo R\$123,00 e 1 conto de réis (mil mirrêis) R\$123.000.

⁸⁸ CORREIO PAULISTANO (1884, Assembleia Provincial, p. 3). Tabela de preços de escravizados utilizada em uma discussão parlamentar entre Joaquim Nabuco e Doutor Antônio Prado sobre o valor de mercado baseado na idade e fatores que desvalorizam o sujeito. Além de seu preço foi discutido como financiar empreitada através apenas da cobrança de impostos sem a necessidade da impressão de moeda.

emancipação. A tabela é fruto de uma Assembleia Provincial que discutia o futuro da lavoura na província de São Paulo, utilizando-se dos valores de mercado praticados no momento conforme a idade, sem levar em consideração as habilidades do sujeito que poderiam fazer seu preço quase dobrar. Propunha com o tempo de serviço obrigatório uma abolição gradual que terminaria em 1891 para os cativos mais jovens que serviriam por sete anos e os valores de mercado seriam equiparados na indenização de seus donos. Vemos aqui também uma tentativa de conter a rebeldia do cativo, através da proposição que fujões seriam obrigados a servir pelo dobro do tempo estipulado antes de serem alforriados pelo fundo⁸⁹.

O cativo ideal para o trabalho nas fazendas seria na faixa de 20 a 35 anos que custam 400\$000 (R\$49,200) e seriam deveriam servir por 5 a 7 anos antes de serem libertos. A aquisição destes sairia pelos 400\$000 (R\$49,200), somados aos 1\$500 (R\$184,50) da matrícula caso viesse de fora da província, mais a taxa anual de 1\$000 (R\$123,00) a 3\$000 (R\$ 369,00) somados aos custos de sua alimentação, saúde e habitação.

De forma que um escravizado apto ao trabalho jovem teria só de custos de compra e impostos um valor que variava entre 403\$00 a 404\$500 (R\$49.507,50 a R\$49.753,50). Lembrando que estes altos custos vinham com o risco de fuga, tão eminente que na página dessas tabelas há anúncios de duas fugas, de suicídio e do assassinato de seu senhor. Tudo isso somado ao custo do desprestígio social acarretado pelas massas nesse ponto haverem aderido à causa da abolição. E dada a impossibilidade de se comprar uma pessoa no crediário era um investimento alto feito de uma única vez para apenas um trabalhador, com o valor que poderia ser utilizado para manter um ou mais imigrantes por vários meses sem o peso de ser taxado de escravagista e sem o risco de ser degolado por uma multidão enfurecida com a situação em que se encontravam. E de fato há casos que mostram como manter outro sujeito em cativo estava se tornando inviável como o de Antônia Ribeiro Gavião Peixoto que libertou Aprigio na cidade de Franca logo depois do lançamento do imposto e solicitou a dispensa da cobrança⁹⁰.

A fala do deputado Sr. J Bueno atesta como já era aceito o fato de que a propriedade escrava não era mais aceita em boa-fé socialmente, mas sim apenas como uma conveniência para evitar novos e maiores conflitos sociais. Com a Lei 28 de Setembro de 1871 tendo soterrado a legitimidade de ter sujeitos como sua posse. Estabelecendo nesse debate o prazo utilizado na tabela anterior de tempo máximo de serviço de 7 anos para satisfazer as obrigações do escravo para com o senhor. Aqui também é dada a resposta abolicionista da reforma de 1871:

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ CORREIO PAULISTANO (1885, Notas, p. 3)

O abolicionismo pretendeu em sua torrente a abolição da escravidão: a reforma de 1871 não satisfaz, e tornou-se impotente para conter-lo : os opposicionistas armaram-se da resistência vendo fugir o resto dessa propriedade tutelada ainda pela última reforma⁹¹.

É então aceito pela elite paulistana que a tentativa de abolição gradual e tutelada falhou, com o abolicionismo nessa fase final da década passando de uma luta legal, como no caso do Ceará que apesar de ser um movimento de massas ainda recorria a legalidade da carta de alforria para se legitimar, e avançou para a luta e resistência violenta pela libertação dos cativos. Como vimos pelos casos de Jacaré e Belém do Descalvado até mesmo as forças policiais estavam corrompidas pelo abolicionismo. Uma fissura social se alastrava pelo Brasil, sabemos que os senhores não abriram mão de bom grado de sua propriedade e continuavam a tentar mantê-la na medida do possível. Como vemos na diminuição das taxas anuais de 3\$000 e 5\$000 para cativos urbanos e rurais para 1\$500 e 3\$000 e matrícula de 2\$000 para 1\$500⁹². E cada vez mais tinham de depender de meios próprios para conter revoltas com o descontentamento policial em punir e conter escravizados revoltosos.

E assim como ocorreu com as prisões da corte há também uma queda em 1886 nas notícias a respeito de escravizados. Até dois anos antes usualmente figuravam entre a primeira e a segunda página do jornal. Agora elas figuram entre a quarta e sexta página. Foi um ano relativamente calmo em relação a publicação das movimentações sociais em relação a escravidão, pelo menos nesse periódico. Mas um ponto importante a se ressaltar antes de se continuar a esmiuçar as matérias é que na Hemeroteca Digital os exemplares do Correio Paulistano de 1886 estavam com a primeira metade superior das páginas borradas e boa parte ilegíveis até o final de abril. Justamente onde estão as principais notícias e dependendo da edição todo o noticiário mais chamativo, uma vez que o último 1/4 da primeira página era reservado aos romances. Então há um ponto cego nos primeiros 4 meses do ano de 1886.

Mas a tendência das matérias alvo ocuparem final de página e poucas notícias perduram pelo restante do ano de 1886. De forma que aqui continuaremos com a tese de diminuição do noticiário pelo mesmo motivo da diminuição dos presos escravizados cair de 19,59% para 9,57% da população carcerária: a escravidão dava seus últimos suspiros e cada vez mais ia perdendo sua legitimidade social e capacidade de financeira de se sustentar. Houve com o movimento abolicionista e o cerco econômico contra a mão de obra escravizada a diminuição

⁹¹ CORREIO PAULISTANO (1885, Assembleia Provincial, p. 1)

⁹² CORREIO PAULISTANO (1885, Assembleia Provincial, p. 2)

gradual ao longo da década de 1880 do número de escravizados. E assim como os relatórios do Ministério da Justiça fazem o leitor pensar, à primeira vista que há algo de errado com a brusca queda nos crimes de escravizados de 1885 para 1886 o mesmo ocorre com o leitor do Correio Paulistano no mesmo período.

E neste ano continuou-se a fechar o cerco contra a escravidão e suas práticas. Nesse ponto o município de Serra Negra se destaca com leis próprias que pretendiam intensificar a sangria da classe senhorial tanto pública quanto financeiramente. Aplicando multas de 5\$000 para os senhores de cativos que andassem nus ou muito sujos pela cidade, salvo o caso de ser um fugido. A proibição de andar com sujeitos amarrados ou algemados, exceto se conduzido pela polícia, com penalidade de 20\$000. E ainda proibindo locomover-se com escravizados com ferros no pescoço ou pés pela cidade sob a penalidade de 20\$000, exceto para o caso de fujões⁹³.

Cerceando a prática pública do poder senhorial dentro dos âmbitos da cidade e juntamente com essas multas foram impostas novas taxas para desincentivar o comércio e emprego de escravizados. Estabelecendo impostos de 2\$000 para alugar cativos, em caso compra 10\$000 para escravizados do município e 20\$000 para os de fora e 50\$000 para cada pessoa comercializadas no território de Serra Negra⁹⁴. Também é plausível pressupor que as alforrias, através do fundo de emancipação, vinham aumentado pelos Expedientes da Presidência de 15 de abril de 1885 onde o presidente da província reclamava dos altos custos da libertação dos cativos aos cofres paulistas.

O que entendemos aqui é que as tentativas de conter a escravidão já eram claramente uma falha para todos, o que restava era fazer o possível para conter os danos e aproveitar o pouco tempo que restava de trabalho forçado. Vemos aqui também uma articulação dos latifundiários para tirar o atraso produtivo gerado pelo regime escravista. Assim as forças senhoriais se unem em torno do Banco da Lavoura, criado com a intenção de conceder crédito para modernizar a produção cafeeira paulista. Lembrando que aqui a modernidade é entendida como o oposto da escravidão, mirando em um modo de produção industrializado e com trabalho livre, branco. Almejando mais uma vez o modelo dos Estados Unidos da América para aproveitar os “benefícios da indústria” concedendo créditos para que os fazendeiros pudessem reestruturar e modernizar suas propriedades⁹⁵.

⁹³ CORREIO PAULISTANO (1886, Leis Provinciaes, p. 1)

⁹⁴ CORREIO PAULISTANO (1886, Leis Provinciaes, p. 1)

⁹⁵ CORREIO PAULISTANO (1886, Banco da Lavoura, p. 3)

Outro ponto a se ressaltar nessa mudança de discurso do Correio Paulistano, que agora quase não dava sua opinião, é que não mais ressonava a ideia uma ideia que pode ser muito bem exemplificada pela carta que um senhor de escravos anônimo publicou no ano anterior. Onde criticava as aceleradas mudanças na lavoura que ao pensarem apenas na liberdade sem levar em consideração os impactos econômicos que a abolição traria ao Brasil⁹⁶. Onde o Correio Paulistano colocava ao lado dos fazendeiros conservadores com o discurso de primeiro a economia, a abolição nós vemos depois. Em 1886 não há um posicionamento claro do periódico a respeito dessas questões. A ausência de uma posição clara de quem sempre se posicionou nos faz pensar que não necessariamente sua opinião tenha mudado, mas que não necessariamente cabia falar a torto e a direita pela falta de aceitação popular do abolicionismo liberal. E ser associado à classe escravagista não era interessante para um jornal pertencente a um quadro importante da política paulistana.

Na falta de um discurso próprio acerca da escravidão o jornal adota o do Conselheiro Antônio Prado, e desde o ano anterior se colocam como liberais conservadores e contra o governo do Partido Liberal. Considerando o partido da situação como os responsáveis pela calamidade pública paulista e pela falta de ação ao enfrentar a tempestade econômica à frente. Mais uma vez clamando a imigração como solução para a economia e substituição do inferior e obsoleto trabalho escravo⁹⁷.

Intensificar a imigração significaria frear a inevitável crise no horizonte oriunda da falta de mão de obra e das indenizações. As indenizações ficam longe das críticas do abolicionismo liberal do Correio Paulistano porque, afinal de contas, a propriedade privada era sagrada e regimentada dentro da lei e o cidadão que seguia a lei e perde sua propriedade tem o direito de ser compensado pelas suas perdas. Ignorando mais uma vez a opção fácil de empregar as massas de ex-escravizados qualificados que logo estariam disponíveis para contrato. Mas na realidade eles não eram nem considerados opção porque estavam manchados pelos vícios da preguiça e do trabalho irracional propiciado pela escravidão.

O trabalhador negro era visto por essa epistemologia como o oposto do futuro moderno, racional e branco paulista e por isso deixado de fora. A crise econômica era pauta prioritária e o futuro dos enegrecidos poderia ser postergado até estabilizar a emergência mão de obra. Então, mesmo na ausência de se posicionar abertamente como nos anos anteriores, a que fica ainda é a mesma: economia primeiro, o resto a gente vê depois.

⁹⁶ CORREIO PAULISTANO (1885, Ainda as eleições, p. 2)

⁹⁷ CORREIO PAULISTANO (1886, Editorial, p. 1-2)

E finalmente, ao fim do ano de 1886 começam a surgir notícias de ações violentas em grupo de negros. Até então as notícias eram de indivíduos agindo sozinhos, matando um ou outro feitor, de vez em quando um senhor e com muitas fugas. Mesmo que durante o ano houve ali uma tentativa de abafar os casos, dando pouca visibilidade, no final de 1886 não havia mais como suprimir os acontecimentos. Ainda assim há a ausência dos editoriais característicos de anos anteriores.

A primeira notável em setembro, no município de Campinas, com um anúncio de fuga de quatro pessoas e uma recompensa total de 800\$000, 200\$00 por cabeça. Estes, seguem o padrão de fugir das fazendas para a capital seguindo as linhas de ferro e foram vistos juntos com um deles estando sumido de seus supostos donos há mais de dois anos. Mostrando que provavelmente havia alguma comunicação entre eles mesmo enquanto cativos que estavam rumando para São Paulo⁹⁸.

E também começam a aparecer as movimentações de tropas características dos relatórios do Ministério da Justiça, com o exemplo da vez ainda em dezembro de 1886 sendo o envio de praças à região de Campinas para suprir a ação de quilombolas que estavam cometendo latrocínios nas estradas e fazendas. Tendo estes um espião entre as senzalas que fora preso por ser um “avisador do quilombo”⁹⁹. Estavam então os escravizados de São Paulo deixando as fazendas em massa e em alguns casos se aquilombando ainda jovens, com um dos cinco presos da incursão policial tendo apenas 15 anos.

A trajetória dos cinco quilombolas presos passou a tomar a atenção do jornal e nos ajuda a entender bem a porosidade das fronteiras das fazendas e as redes de sociabilidade formadas senzalas que abrangiam até mesmo livres e os que estavam em fuga:

O primeiro interrogado foi o escravo João, pertencente ao sr. Antônio José Machado ; disse que em janeiro desse anno fugio da fazenda de seu senhor [...] vagou pelas mattas, immediações da fazenda, estação do Vallinhos, tendo ido até o municipio de Mogy-mirim com mais oito companheiros que eram Cassiano, André e Chico Bahiano, escravos do major João Franco: Arthur do sr. Francisco Coutinho ; Manoelsinho, escravos do sr. Capitão Joaquim Carlos Duarte ; Noberto, seu companheiro de fazenda; Luiz, do Sr. José Antonio Martins Lascazas e Antonio do sr. José Francisco Coutinho.

Viviam furtando porcos e leitões. Não tinham residencia certa, passando sucessivamente de um a outros lugares.

⁹⁸ CORREIO PAULISTANO (1886, Escravo Fugido, p. 3)

⁹⁹ CORREIO PAULISTANO (1886, Notas, p. 2)

Estiveram no sitio de Francisco Braga onde foram ha tempos perseguidos pela força publica, sendo nessa ocasião presos dous companheiros seus em um gallinheiro e nessa ocasião presos um dos companheiros seus em um gallinheiro e nessa ocasião elle respondente e outros fugia, tendo sido avistados por uma rapariga.

Avisados de que a escolta vinha captural-os resolveram, a convie de Arthur passar a uma capoeira na fazenda do sr. F. Coutinho ; mas sendo avisados por outro escravo deste senhor fugiram para os lados de Bragança quando, ao assarem por uma tiguera, no dia 16, foram os seus companheiros da frente cercados pela força pública.

[...] O respondente e seu grupo não tomaram parte nos ataques ás fazendas do major Paula Vianna, Julio Passos, José Manoel de Castro e João Francisco, e sim outro grupo em que figuravam até pessoas livres.

Confessou que era chefe de seu grupo o escravo Cassiano, fundando a sua autoridade em uma devoção do serviço das almas¹⁰⁰.

Pelas duas matérias que comentam sua ação os quilombolas passaram pelos municípios de Campinas, Jundiaí e Itatiba, que em 2023 dá um percurso de 62,3km, e foram presos em um ponto indeterminado no caminho para Bragança Paulista, que caso conseguissem chegar totalizam 98,6km de percurso. Lembrando que o vai e vem de assaltos a fazendas, fugir da polícia e visitar fazenda sugere que na prática a distância percorrida foi bem maior. Pelas confissões vemos que essa empreitada de crimes intermunicipais só foi possível com a colaboração de cativos e libertos dentro das propriedades que escondiam e davam informações para o grupo composto por fugidos e libertos.

É necessário ressaltar que o processo de aquilombamento alarmado pelo Correio Paulistano não é necessariamente o mesmo que vem à mente ao pensar em quilombos. Não necessariamente dependendo de um território estabelecido, mas sim de negros agrupados fora da esfera de controle senhorial. De forma que quanto mais fugas ocorriam maior era a possibilidade do crescimento e da formação de novos quilombos que causavam terror no interior paulista. Portanto o processo de aquilombamento tratava-se de um processo de entrada na criminalidade que cooptava tanto escravizados quanto forros em busca de uma vida mais digna.

E nessa crise de legitimidade e segurança pública adentramos o ano de 1887 onde a primeira menção ao cativo se dá na quarta página do primeiro jornal do ano, oferecendo uma recompensa de 100\$000 pelo paradeiro de Pedro que fugiu de Mogi Mirim para São Paulo ou

¹⁰⁰ CORREIO PAULISTANO (1886, Os quilombos, p. 1)

Santos com sua família, de pessoas livres¹⁰¹. E a segunda se dá na próxima edição, numa cerimônia de inauguração de um matadouro em São Paulo, no bairro Vila Mariana, onde estavam presentes o presidente provincial, vereadores, jornalistas e uma banda. Após a inspeção das novas e modernas instalações o sr. Dr. Carlos Botelho, político imigracionista, declarou a liberdade de um escravizado que teria sua alforria entregue na sessão da câmara municipal no mesmo dia. E nessa sessão além da liberdade dada no matadouro o presidente da província assim que tomou seu acento na câmara distribuiu 30 cartas de alforria que deveriam ser entregues pela cidade e só então deu procedência a assembleia¹⁰². O ano nem havia começado direito e a propriedade de seres humanos já era questionada informal e formalmente.

Como já esperado, houve sim uma resposta senhorial aos avanços dos abolicionistas, em outra Assembleia Provincial o deputado sr. Silveira da Motta pede informações da expulsão de um advogado em Campinas por defender a causa da libertação. E antes disso ele propõe um adendo a lei provincial de 1881 que cobrava uma taxa de 1\$500 pela introdução de cativos em São Paulo, com esse novo adendo um imposto de 5\$000 seria cobrado por movimentar uma pessoa escravizada de uma comarca para outra dentro da própria província, salvo casos de herdeiros ou se o senhor estivesse se mudando¹⁰³. E posteriormente foi criado na capital pela Câmara Municipal um imposto extremamente oneroso 200\$000 sobre cada cativo que se mudasse para São Paulo¹⁰⁴. A meta era tornar economicamente inviável a movimentação de escravizados mesmo dentro da província. Não se queria mais deles e os existentes deveriam permanecer onde estão.

Houveram também mudanças nas abordagens legais com várias leis sendo consideradas obsoletas e não mais aplicáveis à realidade paulista. Na sessão de 26 de janeiro de 1887 da Assembleia Provincial Oliveira Braga Filho defende a revogação da lei provincial de nº36 de 7 julho de 1869 que estabelecia ordens acerca de das disposições de fugidos que eram capturados. Criticada na Assembleia por ter sido um instrumento de perseguição por uma polícia violenta, o que dá a entender a baixa popularidade da polícia pelo seu papel na repressão dos cativos. É dito aqui que era uma lei necessária nas condições que o país se encontrava 18 anos antes, mas que agora não fazia mais sentido e que pela lei 28 de setembro de 1871 não poderia mais acontecer a prisão de um sujeito por suspeita estar fugindo de seus senhores. E

¹⁰¹ CORREIO PAULISTANO (1887, Rs. 100\$00, p. 4)

¹⁰² CORREIO PAULISTANO (1887, Parte Oficial, p. 1)

¹⁰³ CORREIO PAULISTANO (1887, Parte Oficial, p. 1)

¹⁰⁴ CORREIO PAULISTANO (1887, Leis Provinciaes. 1)

por apoio dos magistrados e tribunais nessa lei causa a falha do *habeas corpus*¹⁰⁵. E há aqui também a defesa de um excepcionalismo jurídico:

“Além disso, diz o orador, estamos em uma época não se pode render tanto preito a esse direito de propriedade que tende a desaparecer. E’ preciso não comprimir tanto, porque pode logar a explosão. E’ preciso certas concessões para que os defensores da ideia abolicionista se julguem com o direito de pedir de prompto e logo, para que a revolução que esta feita nos espíritos não vá até a praça publica¹⁰⁶”.

Num espírito de façamos a abolição antes que o povo a faça. As leis do passado não se aplicavam mais no dia a dia e era menos pior revogá-las do que deixar explodir o barril de pólvora da revolta popular. Apesar da fala de Oliveira Braga Filho é sobre São Paulo, mas o mesmo princípio se estende também a outras províncias. Na edição anterior há uma sessão inteira dedicada ao Estado Servil que abrange as declarações de Antônio Prado e uma decisão judicial acerca do reconhecimento da alforria da família de Nicolau em Santo Antônio de Pádua, na província de Minas Gerais. Este entrou com processo solicitando a alforria pelo fundo de emancipação de seus familiares que estavam tendo sua liberdade questionada por seu senhor. Sua esposa Flora e as filhas menores Margarida, Maria Firmina e Romana¹⁰⁷.

Estas foram classificadas em 1882 e quando ia aplicar-se a 3ª quota para liberta-las e seu senhor Antônio Leite Monteiro de Barros entrou com processo contra sua alforria pelo fundo de emancipação por já ter concedido a elas a liberdade sob a condição de prestar dez anos e serviço. Uma estratégia comum entre a classe senhorial mediante a eminente perda de controle da sua propriedade. De forma que com essa promessa de uma liberdade sem perseguição policial os cativos continuariam trabalhando sem causar muito tumulto.

Diante deste argumento o coletor arquivou o processo de libertação pelo fundo de emancipação. Antônio Leite dizia então que elas eram livres, não foi encontrado registro das cartas de libertação ou elas foram postadas posteriormente a reunião da junta de classificação de 28 de julho de 1883. Mesmo tendo se submetido a 10 anos de trabalho com a submissão das cartas a um cartório daria às sujeitas o direito de ir e vir e de não acatarem todas as ordens de seu senhor.

O magistrado decide passar por cima do acordo feito com Antônio Leite, ordenando que as quatro fossem classificadas e postas em liberdade. Com a indenização das alforrias

¹⁰⁵ CORREIO PAULISTANO (1887, Assembleia Provincial, p. 1-2)

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ CORREIO PAULISTANO (1887, Estado Servil, p. 2)

podendo ser pago futuramente caso não haja fundos o suficiente no momento da decisão. Deixando o seu senhor com um possível prejuízo financeiro temporário e o forçando a abrir mão de sua propriedade¹⁰⁸.

Assim mais uma vez a imigração é vista como a única solução possível para a continuidade do trabalho na lavoura e povoamento do território para a prosperidade e civilização da província:

A imigração, contemplada no orçamento com uma verba discricionária, ainda obteve novos favores, por uma lei especial, ampliando-se e facilitando-se nesta o pagamento de auxílios pecuniários aos estrangeiros recém-chegados.

[...] Eis aqui leis de imigração e catechese um trabalho sábio e fecundo para a rapida transformação econômica e social da provincia.

Tudo isso demonstra do modo o mais evidente na generosa provincia de S. Paulo predomina um unico pensamento – extinguir o estado servil pela nobilitação do trabalho.¹⁰⁹

É interessante ressaltar que a catequese é equiparada ao mesmo papel de importância do projeto imigracional, como uma forma de assimilar o estrangeiro para dentro da cultura católica brasileira. Conseguindo assim converter o que vem de fora a cultura brasileira através da religião e por consequência branquear os cidadãos do país. Por mais que o discurso do branqueamento não viria a se tornar tão explícito até o advento da Primeira República.

Passamos a ter com frequência no jornal um fenômeno que viria a ser ironizado por Machado de Assis no ano seguinte na crônica 19 de maio de 1888¹¹⁰ de senhores que vendo desmoronar diante de seus olhos sua autoridade sobre sua propriedade e os olhos tortos que recebiam nas ruas começam a se adiantar ao inevitável e eles mesmos concedem a libertação das pessoas que mantinham sob cativo. Afinal de contas o senhoreado funcionava sob a lógica paternalista e o pai que não trabalhava e nem produzia nada era o provedor ao qual seus filhos deveriam ser gratos. E antes minha ex-propriedade ser grata a mim por salva-lo dessa vida tenebrosa do que ser grato a suas próprias mãos e seus companheiros por ter se libertado em uma revolta. Uma publicação que chama bastante atenção nesse quesito é a de Bellarmino Augusto de Aragão:

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ CORREIO PAULISTANO (1887, Assembleia Provincial, p. 1-2)

¹¹⁰ Parte do conjunto de crônicas Bons Dias, de Machado de Assis, publicados pela Gazeta de Notícias de abril de 1888 a agosto de 1889

O abaixo assignado declara que ha quatro mezes, mais ou menos, fugiu de Mogy das Cruzes o seu escravo Caetano, mulato quasi branco ; ha 12 dias lhe fugio outro de nome Francisco, mulato de 16 annos de idade ; tem outro mulato fula, de nome João, de 27 annos e, querendo liberta-los, vem por meio da imprensa pedir aos srs. Abolicionistas, ou ao seu chefe , que não põe duvida em aceitar qualquer indemnisação que seja de justiça, afim de mostrar que não é o que dizem.

Tenho mais uma negra de nome Benedicta; que essa liberto com a obrigação de me servir tres annos.

Desejava vêr que todos fizessem o mesmo¹¹¹.

Vemos aqui um sujeito humanista compadecido com a situação desumana que outras pessoas viviam, teve seu coração tocado e se compadeceu permitindo que lhe servissem sem receber pagamento por um período determinado ao invés da vida inteira. Tendo três unidades da sua propriedade se evadido ele resolve agir de bom coração e libertá-los, presumindo que estava falando a verdade e não era uma armadilha. Não é como se fosse um comportamento normal pessoas que estão vivendo em boas condições fugirem sem motivo algum.

É possível inferir a má fama que este senhor tinha porque um de seus objetivos é “mostrar que não é o que dizem”, fala que em conjunto com as sucessivas fugas demonstra que no mínimo os cativos eram maltratados e isso era sabido. E para finalizar, agindo igual ao senhor benevolente da crônica de Machado de Assis ele deseja “ver que todos fizessem o mesmo”. Mesmo diante da mais abjeta derrota o senhoreado ainda almejava se colocar como os responsáveis que estavam a frente de tudo, o rio de onde tudo flui e sem ele a seca matará a todos.

Houve de fato uma falha de contenção senhorial e a avalanche estava tomando as regiões de alta concentração de escravizados. A página 1 edição 9385 de 13 de dezembro de 1887 é uma amostra da total falta de controle tanto dos movimentos abolicionistas e dos escravizados. A primeira notícia era dos tentáculos da Associação Libertadora e Organizadora do Trabalho se espalhando por São Paulo no intuito de fazer um movimento semelhante ao do Ceará, concedendo a liberdade à toda província até 31 de dezembro de 1890. Com o adendo de reconstituir o regime de trabalho agrícola para que a lavoura não sofra no período de transição. Por pior que fosse para os senhores, ainda era melhor do que a rebelião por seguir um passo mais gradual e legalista. E convidava os lavradores e donos de escravos a participarem do movimento contando que não impusessem condições que comprometessem o liberto depois de

¹¹¹ CORREIO PAULISTANO (1887, Assembleia Provincial, p. 3)

31 de dezembro de 1890¹¹². Anúncio da associação publicado sob o título de Correio Paulistano, o mesmo utilizado pelo próprio Correio para seus editoriais. Entendemos então, que este seria o exemplo ideal do abolicionismo defendido pelo periódico liberal.

E do outro lado da página é noticiado a sublevação dos escravizados na fazenda do Barão da Serra Negra em Piracicaba que veio em conjunto com uma série de rebeliões em outros municípios. Com o delegado de Capivari comunicando ao chefe de polícia que 150 pessoas estavam se dirigindo para a capital seguindo a linha do trem. Ao mesmo tempo, uma greve de cativos tomava as estradas de Indaiatuba e Itu. Com o presidente da província 27 praças de infantaria e 20 de cavalaria para tentar conter as emergências. Rumando primeiro para Itu seguindo para Indaiatuba para se encontrar com o chefe de polícia, se agrupar e ir interceptar os rebeldes de Piracicaba que estavam rumando para a Capital¹¹³.

Não necessariamente esses movimentos eram vistos com o ultraje que foram recebidos pelo Correio Paulistano nos casos de Jacaré e da revolta de Pirassununga em 1883 e 1884. O Correio Paulistano ainda mantinha a postura liberal legalista como assumida após se distanciar do governo Saraiva. Mas não mais se comprometia com a com a propriedade privada da forma que se preocupava até meados de 1885. A crise da escravidão se arrastava com força desde o fim Guerra do Paraguai, e havia agora um certo cansaço geral de lidar com ela. A vontade aqui era de que ela se acabasse e pudessem seguir em frente com o plano da imigração sem se preocupar em serem mortos pelos braços que sustentavam a nação. Meses antes foi recebida e publicada pelo Correio uma correspondência impensável de sair com essas palavras no começo da década:

Foi aqui recebida com grande gaudío dos abolicionistas a noticia da sublevação dos escravos, que a essa hora acham-se encurralados na Serra do Cubatão, convertida por elles em uma nova Thermópilas.

[...] Condô-me da sorte do escravo que deseja ser livre, mas o meu entusiasmo pela liberdade dos negros não vai ao ponto de desejar aplaudir a escravidão dos brancos.

Est modus in rebus.

Pensar que o governo deve cruzar os braços e entregar-nos de mãos atadas aos anarchistas que aplaudem a fuga dos negros, o abandono das fazendas e a perturbação da ordem, é fazer causa commum com esses agitadores, que de repente começaram a prégar uma cruzada contra a escravidão, depois de enriquecidos com o suor do escravo ou de lhes ter comido carne deixando apenas o roer dos ossos.

¹¹² CORREIO PAULISTANO (1887, A Associação Libertadora, p. 1)

¹¹³ CORREIO PAULISTANO (1887, Sublevação e escravos, p. 1)

[...] Trata-se da liberdade dos negros, mas tenha-se em vista o indispensável ara a manutenção da ordem publica e da segurança individual

[...] Si progrida a catechese do abandono das fazendas e das fugas em massa, quem poderá prever as consequencias e conter a onda que sóbe e ameaça devorar tudo ?!¹¹⁴

Há aqui permanências e mudanças no discurso do Correio Paulistano das vésperas da abolição em relação aos primeiros cinco anos da década. Para começar a prioridade ainda é e continua sendo a manutenção da ordem pública movida pelo medo do que aconteceria se as massas enegrecidas agissem por si só. Mas agora o que antes era temor se materializou no terror de uma onda incontrolável que tomava conta da província, permeada por fugas, rebeliões, bandos de quilombolas e criminosos armados rondando as estradas e matas, a constante movimentação de tropas, nas quais a elite não mais confiava com a contenção dos escravos, tentando sempre um passo atrás estancar o sangramento atrás do outro com seu baixo contingente.

Vemos também o abandono da política silenciosa da economia primeiro, o resto a gente vê depois. Enquanto até três anos antes a preocupação era com a continuidade dos trabalhos na fazenda e a questão do escravizado era postergada até que os imigrantes pudessem suprimi-la. Agora eles se compadeciam pela causa e sofrimento dos negros, só não estavam dispostos a colocar seus pescoços nas mãos deles. Em 1887 a emergência social fez forçosamente a elite liberal olhar os que lhes sustentavam como sujeitos que não aceitavam ser tutelados e estavam tomando seus próprios rumos. Havia agora a preocupação do que fazer com essa gente, não dava mais para assumir que ficariam quietos e seguiriam os planos impostos de cima para baixo até a serem substituídos por imigrantes e só então libertos.

E nesse cenário de falência da segurança pública e da autoridade senhorial adentramos o ano de 1888. Dando sequência as políticas que limitavam a escravidão nos municípios ainda no dia 3 de janeiro a cidade Amparo convoca uma reunião com todos os fazendeiros da região para o dia 20 do mesmo mês afim de extinguir a escravidão no município¹¹⁵. Havendo já na próxima edição uma contagem de todos os escravizados libertados, explicitando as condições de liberdade de alguns que ainda serviriam por três anos.

E o número pessoas da província que ainda eram mantidas sob cativo num total de 107.329 sujeitos, cuja a avaliação era de 73.557:081, que daria aproximadamente

¹¹⁴ CORREIO PAULISTANO (1887, Revista dos Jornaes, p. 2)

¹¹⁵ CORREIO PAULISTANO (1888, Amparo, p. 2)

R\$598.789.000 de dívidas para a província caso decidissem indenizar cada senhor. Valor exorbitante para a época que explica a atitude da República de queimar os arquivos de posse para não pagar as indenizações aos senhores. Deixando claro que esse número não reflete a realidade pela quantidade libertações condicionais e incondicionais concedidas ainda no fim do ano anterior¹¹⁶. As páginas do restante do mês de janeiro e até maio foram recheadas com notícias de cidades de São Paulo relatando senhores que deram liberdade a seus escravizados no Movimento Emancipador e os termos da libertação. Ainda no movimento intensificado no ano anterior de tentar manter a imagem patronal diante do colapso do sistema econômico que sustentava o império.

Na fala do presidente Rodrigues Alves à Assembleia Provincial vê-se ecoar o discurso abolicionista moralizado sustentado pelo Correio Paulistano e pelas elites de São Paulo:

A propaganda pacífica em favor da emancipação dos escravos, inspirada nos sentimentos de humanidade e patriotismo, desperta em todos os espíritos manifestações de franca adesão.

A liberdade, que surge sem a desordem, sem a desorganização do trabalho ou o tumulto das leis econômicas, é uma aspiração nobilíssima, a que o espírito público tem-se habituado em todas as zonas do país.

O movimento emancipador, que opera sobre esta base larga e fecunda, satisfaz aos intuitos da civilização como as grandes necessidades desta adiantada província na passagem difficilima, que se está realizando, do trabalho escravo para o livre.

Ao espírito de anarchia e de desordem, que sempre intervem nas grandes crises sociaes e economicas para perturbar a sua marcha, não satisfaz o movimento regular, embora acelerado, que se observa nesta província para a solução do problema em litigio.

Em varios municípios, os proprietários agrícolas sobresaltam-se a cada passo com a fuga em massa de escravos, que armados, correm as estradas em busca de centros, onde o apoi, a tolerancia de outros e a indiferença da maior parte, sem medir o perigo dessa ilegal agglomeração resulta para todos, dá-lhes a esperança da impunidade¹¹⁷.

Em seguida em comenta o relatório do chefe de polícia da província acerca das sucessivas revoltas que ocorreram ao mesmo tempo no fim de dezembro de 1887. Mostrando tanto o alarme e o medo que a branquitude tinha nesse momento quanto o nível de organização que as senzalas conseguiam imprimir. Antes da sublevação do dia 27 de dezembro na fazenda do Barão da Serra Negra, que foi na mesma região das ações quilombolas do final de 1886, as

¹¹⁶ CORREIO PAULISTANO (1888, Parte Oficial, p. 1)

¹¹⁷ CORREIO PAULISTANO (1887, Assembleia Provincial, p. 1)

fugas ocorriam quase diariamente nas propriedades da região. A rebelião se deu seguindo um plano que fora traçado entre os escravizados não só daquela fazenda, mas daquela zona com um todo num movimento almejando a fuga em massa em direção a cidade, por isso seguiram para a capital na esperança de lá serem acobertados dado o clima mais receptivo das cidades aos fujões. Ele recomenda então a libertação como forma de acalmar os ânimos e diminuir a escassez de mão de obra na lavoura¹¹⁸.

Os fujões e o risco que representam para a ordem pública tornam-se o principal tema de discussões do noticiário de São Paulo no início de 1888. Fica também estabelecido que a força pública não existe para perseguir e prender fugitivos isolados e apenas riscos à sociedade. É criada então uma certa tolerância com negros sem documentos ando para lá e para cá, desde que não comecem a se aglomerar e tornem-se um risco para a tranquilidade pública. Da mesma forma que o mesmo não seria aceito de homens livres¹¹⁹.

Deixando a incumbência de perseguir e forçar o escravizado a trabalhar exclusivamente ao seu senhor¹²⁰. Os escravagistas protestaram nas assembleias de março às decisões tomadas nos meses anteriores de deixar a polícia longe da repressão de fujões. Se colocando ao lado do presidente, que era contra o movimento abolicionista organizado por quebrar a ordem social ao mesmo tempo que queria extinguir a escravidão de forma tutelada continuando a política de estabelecer mais impostos¹²¹ sob cativos ao mesmo tempo que liberta através do fundo emancipador¹²².

Mas esses impostos não poderiam ser onerosos demais para romper o fluxo do trabalho nas fazendas. E assim, o executivo não sancionou um projeto de lei da Assembleia Provincial que almejava taxar em 400\$000 cada cativo da província¹²³. Cobrando o preço total avaliado pelo governo de quanto cada pessoa no auge de sua saúde e força física valia. Situação que tornaria economicamente inviável a continuidade da escravidão em São Paulo, na prática abolindo a escravidão na província. Então, o conservador e futuro presidente da República, Rodrigues Alves teve de se equilibrar em uma corda bamba entre manter minimamente

¹¹⁸ CORREIO PAULISTANO (1887, Assembleia Provincial, p. 1)

¹¹⁹ CORREIO PAULISTANO (1888, Assembleia Provincial, p. 1)

¹²⁰ CORREIO PAULISTANO (1888, Assembleia Provincial, p. 1)

¹²¹ CORREIO PAULISTANO (1888, Assembleia Provincial, p. 1) estabelecimento de mais um imposto de \$400 sob a matrícula na província

¹²² CORREIO PAULISTANO (1888, Discurso proferido pelo ser, Conselheiro Antonio Prado, p.1)

¹²³ CORREIO PAULISTANO (1888. 1ª Parte da ordem do dia, p. 2)

satisfeita a classe que em breve perderia sua posse e meio de subsistência, a exploração forçada, e o outro lado que pretendia acabar com a crise de maneira rápida. Com ambos os espectros políticos temendo pela eclosão e uma guerra civil racial aos moldes da Guerra Civil dos Estados Unidos da América. Aqui o espectro do Haiti se mistura com o espectro dos Confederados e da União em um conflito que poderia estourar a qualquer momento no coração econômico e escravagista do Império do Brasil.

Nesse contexto de veto da lei, o Correio de São Paulistano sai em defesa do presidente Rodrigues Alves e do Conselheiro Antônio Prado, que assumiu a presidência da Assembleia Provincial, que foram atacados pelo periódico republicano *Provincia de S. Paulo*. O jornal acusava Antônio Prado de pesar a mão sobre Rodrigues Alves na questão da libertação paulista e assim arquitetou um acordo com o presidente de São Paulo a respeito do imposto¹²⁴. O mesmo Antônio Prado que esteve envolvido na confecção da Lei do Sexagenário três anos antes e dois meses depois se embrenharia na articulação da Lei Áurea.

É muito provável que Antônio Prado interveio no decreto que na prática significaria a emancipação dos escravizados de São Paulo¹²⁵ por pressões políticas tanto da província paulista quanto no próprio Rio de Janeiro. Uma vez que a sanção do decreto provincial por Rodrigues Alves levaria automaticamente a desestabilização das duas principais zonas econômicas do país, o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista. Assim o Correio Paulista optando por uma abolição mais gradual via com maus olhos a cobrança da taxa de 400\$000 para cada cativo matriculado pelo turbilhão social que causaria.

E com a quebra do modo de produção que sustentava o latifúndio que foi estabelecido na década de 1840 como a base do Segundo Reinado vinha junto o questionamento da monarquia em si. Se assim como nos Estados Unidos acreditavam que o país não sobreviveria sem a escravidão e agora por lá a indústria prospera no Brasil também não seria diferente com o iminente colapso do sistema escravista. E com o mesmo destino vindo ao Sul do equador as mesmas pessoas que prescreviam um futuro sem escravidão almejavam um sem monarquia, porque afinal de contas um não conseguia subsistir sem o outro¹²⁶, uma vez que no Golpe da Maioridade foi acordado com as elites escravagistas que teriam sua propriedade mantida em

¹²⁴ CORREIO PAULISTANO (1888, Assembleia Provincial, p. 1-2)

¹²⁵ Idem. O próprio 1º Secretário da Assembleia Provincial reconhece no dia 23 de Março em seus expedientes a intenção da Assembleia, de maioria liberal, de abolir imediatamente a escravidão em São Paulo.

¹²⁶ CORREIO PAULISTANO (1888, Assembleia Provincial, p. 1)

troca de não fazer frente ao governo imperial. Assim, a república pairava sobre o horizonte de um país em que o governo perderia em breve sua sustentação econômica e política.

Tendo em vista a situação caótica outra questão emergiu no meio disso tudo: como ficaria o pagamento dos impostos? O futuro terceiro presidente da República, Prudente de Moraes discursou diante da Assembleia Provincial de como deveria proceder a cobrança dos impostos à fazenda provincial. O prazo proposto até sua fala era até o fim de 1889. Mas ele afirma que “o anno de 1889 já raiará para a provincia de S. Paulo sem encontrar em seu sólo mais de um escravo. Portanto, parece-me que o praso da libertação condicional para isentar do pagamento de impostos deve ser restringido ao fim de 1888, porque a escravidão não deve subsistir na provincia por mais tempo”¹²⁷.

Portanto, já era compreendido pelos sujeitos à época que a abolição viria ainda no ano de 1888. A alforria geral não foi surpresa a não ser para aqueles que viviam nos rincões mais isolados do país. Os senhores já sentiam sua autoridade se esvaír desde 1871 com a Lei 28 de setembro e os cativos, tais quais os presidiários hoje, estavam sempre atentos a mudanças legais que poderiam lhe conceder mais direitos e talvez até mesmo a liberdade.

Um ponto a se ressaltar é que apesar do cenário, supostamente anárquico, pincelado pelo presidente da província no primeiro discurso do ano, esse caos todo não transborda nas páginas do Correio Paulistano como acontecia até poucos meses antes. O alarme de 1885, a isenção de 1886 e o terror de 1887 deram lugar a páginas carregadas de discussões ‘elevadas e civilizadas’ de grandes figuras da política paulista e brasileira que ocupavam páginas inteiras do periódico. Era visível que a onda de terror vivida nas regiões cafeeiras em breve se tornaria uma marolinha e haviam questões mais importante a se discutir e articular visando uma emancipação pacífica do que apelar para uma polícia que já tinha desistido de policiar em casos que não fossem de explícita ameaça à ordem pública.

Por mais caótica que fosse a situação, o plano liberal de uma abolição de cima para baixo parecia se consolidar em seu discurso. Ignorando os movimentos sociais, os políticos, jornalistas e senhores autointitulados progressistas usurpavam o protagonismo popular e se colocavam à frente, na vanguarda do processo de libertação. Clamando uma abolição pacífica em curso ao mesmo que a polícia desistiu de tentar conter qualquer coisa que não fosse levar à rebeliões violentas por falta de recursos, pessoal e capacidade de apagar todos os incêndios que aconteciam simultaneamente, os abolicionistas da Associação Libertadora iam de porta em porta alforriando pessoas e um número incalculável fugia e aquilombava-se.

¹²⁷ CORREIO PAULISTANO (1888, Revista dos jornaes, p. 1)

Nesse contexto o imigrante retoma o palco e ressuscitam a figura do *coolie*, opção abandonada pelo debate público ainda em 1882, como a saída para a substituição do braço escravo e a prosperidade da província. Mais uma vez retornando aos EUA como modelo e argumentando que os chineses eram mais baratos e eficientes que trabalhadores nacionais¹²⁸. Um ato desesperado na tentativa de achar uma alternativa tão barata, conseguindo ser até mais devido as taxas, que o trabalho escravo. Nas fazendas onde o trabalho já era livre havia um misto de permanência dos forros, em muitos casos no modelo apontado por Walter Fraga Filho de ligação com a terra nas áreas destinadas a subsistência do cativo¹²⁹, a mão de obra estrangeira, que não era tão barata quanto se almejava e ainda haviam lugares onde o liberto era expulso por não ter mais a confiança de seu antigo senhor. Assim a crise do trabalho se resolveria através da própria rearticulação da fazenda havendo apenas um curto período de readaptação ao novo regime¹³⁰.

O regime trabalhista que estava se impondo consistia normalmente no pagamento de uma quantia fixa pela limpa dos cafezais, usualmente 10\$000 por mil pés de café, e na colheita 300 réis por alqueire de 50 litros. As colônias compunham-se em agrupamentos de casas simples e próximas umas das outras nas fazendas. Com a concessão de terras para subsistência. Havendo um adiantamento do dinheiro necessário para os novos moradores estabelecerem-se¹³¹. Esse adiantamento, casas, terra de trabalho próprio e ferramentas poderiam e por vezes eram utilizadas pelos latifundiários como um modo de prender os imigrantes à terra e ao trabalho através da dívida. O que acabava por consumir boa parte ou às vezes até negatar a remuneração dos trabalhadores imigrantes. Levando a situações como as explicitadas anteriormente onde jornais de comunidades de migrantes alertam seus compatriotas no Brasil e em suas terras do regime quase escravo em que se embrenharam na busca por uma vida melhor.

No dia 15 de maio de 1888 é publicado no Correio Paulistano o decreto Nº 3353 que extinguiu a escravidão no Brasil, posteriormente conhecido como Lei Áurea. O Correio Paulistano classifica-o como a maior revolução social e econômica ocorrida na História do país. Glorificando a revolução que aconteceu em tempos modernos “sem derramar uma gota de

¹²⁸ CORREIO PAULISTANO (1888, Assembleia Provincial, p. 1-2)

¹²⁹ Questão discutida no segundo capítulo de Encruzilhadas da Liberdade: histórias e trajetórias de escravos libertos na Bahia, 1870-1910.

¹³⁰ CORREIO PAULISTANO (1888, Transformação do trabalho, p. 2)

¹³¹ CORREIO PAULISTANO (1888, Administração provincial, p. 1)

sangue, sem arrancar uma lagrima de dôr!”. As únicas lágrimas seriam então de alegria e redenção pela declaração que no Brasil só há homens livres e iguais. Sendo o maior acontecimento da história nacional após a Independência de Portugal 66 anos antes¹³².

Na imagem por eles criada foi uma emancipação sem choro e sofrimento no mesmo jornal que poucos meses antes fazia editoriais aterrorizados com a violência infligida contra os brancos e ignorando as sofridas pelos cidadãos de segunda classe nos 388 anos anteriores. Consolidando o discurso liberal que depois viria a se tornar o oficial, passando por cima e silenciando as lutas e emergências sociais que se expandiram desde a Guerra do Paraguai e culminaram na rendição da coroa brasileira. Que cedera mediante as pressões do movimento abolicionista organizado e da organização escrava aquém do abolicionismo que só não aceitava mais permanecer na mesma condição.

Tal como na crônica de Machado de Assis publicada na Gazeta de Notícias quatro dias após a matéria do Correio Paulistano o governo imperial agiu da mesma forma que o senhor fictício que se adianta a abolição e forçada e emancipa as pessoas que mantinha sob cativeiro para vangloriar-se como um bastião moral de humanitarismo e benevolência a ser seguido por todos. Egoísta demais para não ser protagonista de tudo e covarde demais para encarar a libertação violenta daqueles que o sustentavam.

Pavimentando o caminho para o discurso de união e harmonia das três raças, apagando as mazelas vividas por negros e indígenas no Império do Brasil. Indígenas virtualmente invisíveis no debate público até o dia 15 de maio onde o Correio Paulistano os acusa de serem os responsáveis pela implantação da escravidão em terras brasileiras e o Império, humanitarista como era após ser fundado passou os próximos 66 anos lutando para desfazer essa desgraça¹³³. Não é como se sua sustentação dependesse de acordos que mantinham Pedro II no poder enquanto ele mantivesse os mais escuros na chibata. O jornal da elite humanista que punha a economia à frente da vida humana de repente passou toda sua existência compadecida com o sofrimento de outros seres até pouco tempo desumanos.

¹³² CORREIO PAULISTANO (1888, Decreto n.3353, de 13 de Maio de 1888 extingue a escravidão no Brazil. p.

1)

¹³³ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de parecer um tema muito restrito ao seu recorte por estarmos falando de um jornal, traçamos nesse trajeto o projeto de apagamento da luta das pessoas em cativeiro no final do Império. Nas páginas desses oito anos de análise vivos o embrião do que viria a ser o discurso eugenista que embalaria o projeto de branqueamento do Brasil da Primeira República e que foi política de Estado até a década de 1950. E mesmo após este período as práticas de branqueamento continuaram nos manicômios e até hoje tem seus resquícios na política de segurança pública. O ímpeto imigracionista nesse momento ainda estava se consolidando como solução para a crise de mão de obra da lavoura através de um trabalho mais racional que modernizaria o modo de produção brasileiro. E que em poucos anos seria também a solução para a “degeneração racial” do povo brasileiro.

O trabalho foi a grande questão da década de 1880 e seus desdobramentos continuam nas décadas seguintes. Walter Fraga Filho, uma das principais referências bibliográficas deste texto continua essa discussão no restante de seu livro *Encruzilhadas da Liberdade*. Onde continua seguindo os passos dos ex-escravizados na Bahia e do seu projeto de cidadania e emancipação através da conquista da dignidade e condições materiais de vida. E como o trabalho livre dessa época se aproxima muito do trabalho escravo e também como o governo agiu para a destruição das possibilidades de subsistência dos negros, em conluio com os latifundiários. Fica aqui a recomendação caso o leitor pretenda se aprofundar nessa temática.

Remontamos nesse percurso a tragédia do desespero dos latifundiários em tentar manter seu poder e terras às custas do restante da sociedade brasileira. Postergando o máximo possível o desenvolvimento de novas técnicas em prol de um projeto agroexportador com o mínimo de investimento possível. E após perderem a batalha contra os escravizados passaram a tentar explorar os imigrantes que chegavam ao país. Deturpando o projeto de colonização e branqueamento nacional desviando a mão de obra estrangeira das colônias para os cafezais.

Nas décadas seguintes, já na Primeira República, chefiada pelo setor agroexportador composto pela burguesia agrária de Minas Gerais e São Paulo, Deodoro da Fonseca sede a pressão da polícia e começa a intencionalmente desvalorizar a moeda brasileira para tornar o preço do café mais atrativo e competitivo. Uma vez que sem o trabalho escravo não era possível manter os custos baixos da produção devido ao investimento irrisório das lavouras brasileiras.

Ao mesmo tempo que endividava o governo para cobrir o prejuízo dessa política socializando os custos da produção cafeeira. Levando ao colapso da economia brasileira ainda em 1898¹³⁴.

Ainda no século XX houve outro momento em que os latifundiários se aliaram aos militares, que foi na Ditadura Civil-Militar instaurada pós-golpe de 1964. Onde a repressão se deu fortemente no campo, perseguindo e aniquilando as lideranças camponesas que buscavam por uma reforma agrária e a fuga das condições de trabalho extenuantes estabelecidas no pós-escravidão e que em vários aspectos ainda se perpetravam 76 anos após a Lei Áurea. Deixo aqui de recomendação ao leitor sobre este período o filme de Eduardo Coutinho *Cabra Marcado Para Morrer*, onde acidentalmente foi retratado a perseguição, tortura e assassinato de camponeses por fazendeiros e militares na Paraíba.

E na data da escrita deste texto os lavradores, que evoluíram para o agronegócio, continuam mantendo a classe trabalhadora e a economia do Brasil como reféns. Através de um projeto político de desindustrialização. Em 1995 o setor agroexportador representava apenas 6,5% da economia nacional, enquanto a indústria de transformação compunha 16,8% do PIB. Ao contrário da expectativa de avanço da industrialização o contrário ocorreu, num processo de primarização da economia apoiado pela Bancada do Boi no Congresso Nacional em 2022 a agropecuária e mineração representavam 13,3% do PIB brasileiro¹³⁵.

O que vemos nesse cenário, 135 anos após o fim do nosso recorte, é a perpetuidade do poder dos donos dos cafezais que deixaram suas terras de herança e estas posses familiares serviram de base para a industrialização do agronegócio que até hoje mantém o Brasil de refém. Assim como na Primeira República todos sofriam com a desvalorização monetária forçada e as péssimas condições de trabalho, hoje também pagamos a conta da socialização dos custos da agroindústria. E se expandiram para além da, gritante, questão trabalhista. Se antes a lavoura ameaçava a liberdade e o bem estar dos brasileiros, hoje ela ameaça a própria continuidade da sociedade.

O agro, agindo numa lógica capitalista engloba tudo e necessita sempre estar em expansão, produzir mais, lucrar mais ano após ano e nesse sentido novas terras precisam por ele ser englobadas em um ritmo voraz, doentio e insustentável. No exato momento da escrita deste texto completam três meses que a cidade de Manaus está coberta por fumaça, enquanto

¹³⁴ A REVOLUÇÃO de 1930. In: FAUSTO, Boris. **Brasil em Perspectiva**. 19. ed. Rio de Janeiro RJ: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990. cap. 7, p. 227-256.

¹³⁵ BBC (2023, A indústria virou pó)

os rios que dão acesso à cidade estão secos e inavegáveis¹³⁶. E nos últimos anos também houveram avistamentos de lobos-guará na Amazônia, animal que depende de áreas de mato sujo do Cerrado para sobreviver. Indicando um processo de savanização na fonte da água que alimenta o agronegócio do Centro-Oeste e Sudeste através dos rios voadores e consequentemente a desertificação do restante do país.

A lógica expansionista da classe política dos filhos do café coloca a existência do Brasil em risco, agindo politicamente para que assim como no século XIX nós os carregamos nas costas com aportes de impostos e endividamento do Estado enquanto eles socializam entre si o lucro do trabalho barato. E a abolição não implica que as práticas escravagistas desta classe pararam. Após os 135 anos da derrota da coroa pelos abolicionistas os anos de desmantelamento dos órgãos de fiscalização trabalhistas nos governos Temer e Bolsonaro renderam o ápice dos resgates de trabalhadores em situação análoga à escravidão¹³⁷.

A abolição aconteceu, conforme vimos neste trabalho, a luta social por ela foi rapidamente varrida para baixo do tapete e a sociedade se reorganizou para manter o *status quo* dos donos da lavoura, sem nenhum tipo de reparação às vítimas desse processo. Com a única classe cabível de ser indenizada sendo a que enriquecera com o sangue alheio e por medo de ter de arcar com o prejuízo a República incendiou os documentos cuja a inexistência hoje impedem que 56,1% da população, tenham a capacidade de saber de onde vieram, podendo ser um número maior dado a campanha física e ideológica de branqueamento adotada em seguida. Numa disputa pública que acarretou na supressão da memória da maior parte da população brasileira. Memória essa que teve seu processo de resgate intensificado com a fundação do Movimento Negro Unificado por Lélia Gonzales em 1978 e com a explosão do debate público a respeito após o lançamento de sobrevivendo no Inferno em 1997.

Mesmo com o intenso processo de aquilombamento paulista na segunda metade do século XIX 34 dos 51 quilombos do Estado de São Paulo aguardam reconhecimento formal¹³⁸. A terra ainda é a principal fonte de poder e renda no Brasil e ela ainda mantém 203 milhões de pessoas reféns de um conluio da classe latifundiária com os militares. Militares que deram o golpe em 1889, cujo o governo queimou os arquivos da escravidão no ano seguinte, os mesmos militares que quebraram a economia para manter o café, os mesmos que durante a Ditadura Civil-Militar se uniram aos fazendeiros para esmagar as ligas de camponeses e os mesmos que

¹³⁶ O ECO (2023, Sem respirar e sem água...)

¹³⁷ FOLHA DE SÃO PAULO (2023, 135 anos após a Lei Áurea...)

¹³⁸ G1 (2018, SP tem 51 quilombos)

se aliaram as bancadas do Boi e da Bala no governo Bolsonaro impedindo qualquer possibilidade de reforma agrária e produção de alimentos numa lógica que não seja de destruição de tudo por lucro à curto prazo.

Aqui vou pela primeira vez no texto entrar em questões pessoais, por mais contraditório que seja criticar os donos da terra esse texto foi escrito com as migalhas do dinheiro deles. Num país desigual e sem oportunidades o agronegócio se mostrou como a única possibilidade da dignidade e ascensão social e assim minha família se formou de trabalhadores do agro. Mesmo que meu pai tenha um cargo levemente mais elevado a ponto de conseguir sustentar seus filhos em uma universidade pública por ter uma renda que na realidade do Brasil é até razoável. Mas isso não torna ele parte do agro. O dono da terra não vai trabalhar 16 horas por dia, o dono da terra não vai ter o coração a 190 bpm por estresse, não é ele que vai ser vítima de uma explosão quando um peão sem instruções e EPI mistura o agrotóxico errado, não é ele quem vai deixar a família para ir trabalhar do outro lado do país, não é ele quem vai criar sua família em uma fazenda num rincão violento e isolado. Por mais que o discurso liberal diga que ele assume os riscos do investimento financeiro, no fim ele não trabalhou para ter esse dinheiro, em sua grande maioria ele teve a sorte, assim como quase toda a classe burguesa brasileira, de nascer herdeiro. Mas é ele o responsável por uma das lembranças mais vívidas da minha juventude, uma pilha de tomate de alguns metros de altura largados na terra para apodrecer e aumentar o preço do produto que podia alimentar as famílias passando fome há 400m dali do outro lado da BR251

E por mais bem pago que seja, dentro de uma realidade de um país onde a população é forçosamente mantida na pobreza, ainda é irrisório comparado com o lucro gerado. Por mais que para muitos seja a única oportunidade de dignidade também é uma armadilha. As armadilhas políticas da classe herdeira rural tornaram a terra inacessível. Caso minha família ou qualquer outra envolvida nesse desejasse ter uma pequena quantidade de terra para trabalhar para si, para trabalhar, para viver e não morrer trabalhando, na prática é quase impossível. A polícia continua de concentração de terras rege desde 1850 e agora prende o Brasil numa lógica de destruição de tudo pelo lucro imediato.

No século XIX não se podia abolir a escravidão porque ia quebrar a economia e no século XXI a desculpa para impedir a desertificação do país ainda é a economia. De que importa que em nosso tempo de vida não vamos ter acesso a água, terras aráveis e ar limpo? Os números imaginários do mercado financeiro que comodificou alimento tem de continuar subindo para não abalar a economia e manter o bolo crescendo antes de reparti-lo.

Por todos esses silenciamentos da memória acabamos e com a supressão dos movimentos sociais acabamos com três grandes feridas abertas que se ramificam ainda sangram

na violência diária: o genocídio dos indígenas, a escravidão e a ditadura. Questões que foram soterradas pela classe dominante como se fossem algo do passado e assim as feridas nunca cicatrizaram e vemos cotidianamente os reflexos das instituições do passado que mesmo com a suposta ruptura dos novos regimes ainda se mantêm as mesmas.

A polícia ainda é a mesma instituição que caçava escravizados e supostos comunistas, despojadas de suas funções de coesão social e com reforço na militarização e repressão às leis e várias autoridades ainda respondem aos filhos dos latifundiários do passado e os militares ainda os protegem. Os discursos da elite ressentida com o avanço desse debate e a perda autoimposto e automantido prestígio era claro nas palavras do ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores no ressentimento sentido pela ascensão social dos grupos excluídos e seu incômodo claro em ter de dividir espaço com pessoas que até então eram suas subalternas, serviçais. De modo que até essas feridas se tornem cicatrizes apenas três coisas unem a classe trabalhadora brasileira: a língua portuguesa, o sofrimento da sobrevivência e as cinco taças da Copa do Mundo¹³⁹. Como uma terceira recomendação ao leitor deixaremos aqui o podcast Amazônia Sem Lei da Agência Pública que retrata essa disputa pela terra e as articulações da classe latifundiária para manter seu poder no momento em que esse texto é escrito.

Retratamos aqui a luta de classes que levou à abolição e como a classe política que detinha os meios de comunicação, em conluio com a classe escravagista, disputou na reta final da quebra do regime que mantinha o império a narrativa e a memória de como esse processo histórico se deu. Esse abafamento dessa memória em conluio com as teorias de branqueamento, com a imposição de um ideal de Brasil durante o final do século XIX a meados do século XX levou a contradições que permeiam a identidade do que é ser brasileiro e criou fenômenos como a dita “síndrome de vira-latas” e a polícia que mais mata no mundo. Nesse sentido, como última recomendação ao leitor acerca dessa questão fica o livro de Darcy Ribeiro O Brasil Como Problema. Que discute tanto a memória quanto o projeto político dessas elites na formação do Brasil contemporâneo.

A memória, apesar de pouco debatida aqui, foi uma das questões que mais se sobressaiu durante todo o processo de pesquisa e escrita desse texto. Ela é por essência um campo em disputa, não necessariamente os conflitos pelo passado se dão de forma intencional no debate público. Problemáticas são evidenciadas na vida material e diferentes grupos recorrem ao passado para respondê-las. E na contenda pela memória há também a busca pela legitimação de projetos políticos através do revisionismo histórico e da supressão da memória.

¹³⁹ Pelo menos ainda são duas a mais que a Argentina.

Nesse cenário a classe dos profissionais do passado que vivem e problematizam no presente precisa disputar a memória, tanto academicamente quanto publicamente. Para impedir que figuras E instituições como o Olavo de Carvalho, Narloch, Brasil Paralelo e tantos outros *think tanks*¹⁴⁰ reivindicuem para si tanto o nosso papel, como historiadores, de problematizar o passado, quanto o de formador de opinião pública. Por mais que alguns tentem se esconder em suas cátedras no fim, em algum nível todo historiador é uma figura pública. Seja como docente de ensino básico, seja como docente no ensino superior, ou seja, como comentador em jornais, revistas e podcasts. E como figuras públicas nosso papel é disputar a memória, com a publicidade que se consegue sendo parte de nossa classe, para mesmo que não se consiga impedir novos processos de supressão e apagamento do passado como os aqui retratados, pelo menos fazer frente a eles na medida das possibilidades que a materialidade apresenta.

¹⁴⁰ Grupos onde se formam intelectuais, usualmente com o financiamento de alguma empresa para legitimar publicamente projetos políticos que os beneficiarão e fazer lobby político.

“Assustador, é quando se descobre que tudo deu em nada. E que só morre o pobre”
(RACIONAIS MC’S, 1998)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A REVOLUÇÃO de 1930. *In*: FAUSTO, Boris. **Brasil em Perspectiva**. 19. ed. Rio de Janeiro RJ: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990. cap. 7, p. 227-256.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra Medo Branco**: O negro no imaginário das elites século XIX. 2. ed. rev. Pinheiros SP: Annablume editora, 2004. p. 104-211. ISBN 85-7419-484-0.

BERGAMINI, Atilio. Escravos: escrita, leitura e liberdade. **Leitura**: Teoria & Prática, Campinas SP, v. 35, ed. 71, p. 115-136, 2017. DOI <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/633>. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/633>. Acesso em: 3 ago. 2023.

CULTURA e História Social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**, São Paulo, p. 73-90, 10 dez. 1993.

FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade**: Histórias e trajetórias de escravos liberto na Bahia, 1870-1910. Orientador: Robert W. Slenes. 2004. 355 p. Tese (Doutorado História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas SP, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/303375>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Território brasileiro e povoamento: italianos. *In*: **Território brasileiro e povoamento**: italianos. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos.html>. Acesso em: 2 set. 2023.

O CORREIO Paulistano: primeiro diário paulista. São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_00/correio_paulistano.php. Acesso em: 14 nov. 2023.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O Plano e o Pânico**: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. 2. ed. rev. São Paulo: Editora UFRJ e Edusp, 1994. p. 67-174. ISBN 85-7108-105-0; 85-314-0250-6.

SÃO PAULO, Polícia Militar. História da PM. *In*: **História da PM**. [S. l.], [201-?]. Disponível em: <https://www.policiamilitar.sp.gov.br/institucional/historia-da-pm>. Acesso em: 10 set. 2023.

SODRÉ, Nelson Werneck. A imprensa do Império. *In*: SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. 6671. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1966. v. 51, cap. A imprensa do Império, p. 208-287.

VÉRAS, Daniel Bicudo. **As Diásporas Chinesas e o Brasil**: a comunidade sino-brasileira em São Paulo. Orientador: Miguel Wady Chaia. 2008. 159-165. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3954>. Acesso em: 2 set. 2023.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre os escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá PR, n. 4, p. 104-122, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/download/38724/20253>. Acesso em: 11 jul. 2023.

FONTES

CORREIO PAULISTANO:

WERNECK, Manoel Peixoto de Lacerda. Questão Grave. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 07096, p. 2, 7 jul. 1880.

MONITOR SUL MINEIRO. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 7087, 16 jul. 1880. p. 1.

CORREIO PAULISTANO. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.07240, 18 jan. 1881. p. 2.

CORREIO PAULISTANO. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.07247, 27 jan. 1881. p. 1.

CORREIO PAULISTANO. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.07257, 09 fev. 1881. p. 1.

A INDUSTRIA SACCHARIFERA NO BRAZIL. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.07562, 13 fev. 1882. p. 1.

PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.07552, 03 fev. 1882. p. 1.

PARLAMENTO. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.07530, 12 jan. 1882. p. 2.

QUESTÃO DE COLONOS. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.07748, 21 ago. 1882. p. 1.

TERRAS PUBLICAS E IMMIGRANTES. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.07887, 09 jan. 1883. p. 1.

D'AQUI, D'ALI. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08194, 07 dez. 1883. p. 2.

REPRESENTAÇÃO DIRIGIDA AO EXM. SR. DR. CHEFE DE POLÍCIA, PELO POVO DA CIDADE DE JACAREHY. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08194, 07 dez. 1883. p. 3.

CORREIO PAULISTANO. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08198, 13 dez. 1883. p. 1.

BOLETIM DO DIA. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08266, 07 mar. 1884. p. 3.

FORTALEZA. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08767, jul. 1884. p. 2.

NOTA. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08286, 01 abr. 1884. p. 2.

BOLETIM DO DIA. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08329, 24 mai. 1884. p. 1.

EDITORIAL. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08330, 24 mai. 1884. p. 1.

AO DIÁRIO DE SÃO PAULO. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08336, 01 jun. 1884. p. 1.

A CAMARA. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08345, 12 jun. 1884. p. 2.

- BOLETIM DO DIA. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08347, 15 jun. 1884. p. 2.
- EDITORIAL. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08353, 22 jun. 1884. p. 2.
- REQUERIMENTOS DESPACHADOS PELA PRESIDENCIA. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08360. 29 jun. 1884 p. 2.
- EDITORIAL. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08361. 02 jun. 1884. p. 2.
- ASSEMBLÉIA PROVINCIAL. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08540. 07 fev. 1885. p. 2.
- ASSEMBLÉIA PROVINCIAL. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08549. 18 fev. 1885. p. 3.
- ASSEMBLÉIA PROVINCIAL. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08554. 25 fev. 1885. p. 2.
- ASSEMBLÉIA PROVINCIAL. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08603. 26 abr. 1885. p. 1.
- LEIS PROVINCIAES. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.09002. 27 ago. 1886. p. 1.
- LEIS PROVINCIAES. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.09005. 31 ago. 1886. p. 1.
- CAMARA MUNICIPAL. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08594. 16 abr. 1885. p. 2.
- BANCO DA LAVOURA. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08893. 02 mai. 1886. p. 3.
- AINDA AS ELEIÇÕES. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.08524. 18 jan. 1885. p. 2.
- CORREIO PAULISTANO. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.09017. 15 set. 1886. p. 1-2.
- ESCRAVO FUGIDO. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.09017. 15 set. 1886. p. 3.
- NOTAS. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.09017. 19 de set. 1886. p. 2.
- OS QUILOMBOS. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.09097. 22 dez. 1886. p. 1.
- RS. 100\$00. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.09107. 05 jan.1887. p. 4.
- PARTE OFICIAL. **Correio Paulistano**, n.09109. 08 jan. 1887. p. 1.
- PARTE OFICIAL. **Correio Paulistano**, n.09121. 22 jan. 1887. p. 1.
- LEIS PROVINCIAES. **Correio Paulistano**, n.09172. 27 mar. 1887. p. 1.
- ASSEMBLÉIA PROVINCIAL. **Correio Paulistano**, n.09124. 27 jan. 1887. p. 1-2.
- ESTADO SERVIL. **Correio Paulistano**, n.09123. 25 jan. 1887. p. 1.
- ASSEMBLEIA PROVINCIAL. **Correio Paulistano**, n.09170. 24 mar. 1887. p. 1-2.
- ASSEMBLEIA PROVINCIAL. **Correio Paulistano**, n.09170. 24 mar. 1887. p. 3.
- A ASSOCIAÇÃO LIBERTADORA. **Correio Paulistano**, n.09385. 13 dez. 1887. p. 1.
- SUBLEVAÇÃO DE ESCRAVOS. **Correio Paulistano**, n.09385. 13 dez. 1887. p. 1.
- REVISTA DOS JORNAES. **Correio Paulistano**, n.09350. 30 out. 1887. p. 2.
- AMPARO. **Correio Paulistano**, n.09403. 03 jan. 1888. p. 2.
- PARTE OFICIAL. **Correio Paulistano**, 04 jan. 1888. p. 1.
- ASSEMBLEIA PROVINCIAL. **Correio Paulistano**, n.09409. 11 de jan. 1888. p. 1.
- ASSEMBLEIA PROVINCIAL. **Correio Paulistano**, n.09434. 11 fev. 1888. p. 1.
- ASSEMBLEIA PROVINCIAL. **Correio Paulistano**, n.09436. 14 fev. 1888. p. 1.

ASSEMBLEIA PROVINCIAL. **Correio Paulistano**, n.09456. 08 mar. 1888. p. 1.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. CONSELHEIRO ANTONIO PRADO. **Correio Paulistano**, n. 09454. 6 mar. 1888. p. 1.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA. **Correio Paulistano**, n.09468. 22 mar. 1888. p. 2.

ASSEMBÉLA PROVINCIAL. **Correio Paulistano**, n.09468. 22 mar. 1888. p. 1-2.

ASSEMBÉLA PROVINCIAL. **Correio Paulistano**, n.09465. 18 mar. 1888. p. 1-2.

REVISTA DOS JORNAES. **Correio Paulistano**, n.09465. 01 abr. 1888. p. 1.

TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO. **Correio Paulistano**, n.09500. 01 mar. 1888. p. 2.

ASSEMBÉLA PROVINCIAL. **Correio Paulistano**, n.09493. 22 abr. 1888. p. 1-2.

ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL. **Correio Paulistano**, n.09502. 3 mai. 1888. p. 1.

DECRETO N.3353 DE 13 DE MAIO DE 1888 EXTINGUE A ESCRAVIDÃO NO BRAZIL. **Correio Paulistano**, 15 mai. 1888. p. 1.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Império do Brazil. Ministério da Justiça. **Relatório Ministério da Justiça anno de 1880 e 1881**. Rio de Janeiro, 1882.

Império do Brazil. Ministério da Justiça. **Relatório Ministério da Justiça anno de 1882**. Rio de Janeiro, 1883.

Império do Brazil. Ministério da Justiça. **Relatório Ministério da Justiça anno de 1883**. Rio de Janeiro, 1884.

Império do Brazil. Ministério da Justiça. **Relatório Ministério da Justiça anno de 1884**. Rio de Janeiro, 1885.

Império do Brazil. Ministério da Justiça. **Relatório Ministério da Justiça anno de 1885**. Rio de Janeiro, 1886.

Império do Brazil. Ministério da Justiça. **Relatório Ministério da Justiça anno de 1886**. Rio de Janeiro, 1887.

Império do Brazil. Ministério da Justiça. **Relatório Ministério da Justiça anno de 1886**. Rio de Janeiro, 1888.

Estados Unidos do Brazil. Ministério da Justiça. **Relatórios da época do Império Ministério da Justiça anno de 1888 e 1889**. Rio de Janeiro, 1890.

LEIS

COROA. **Decreto N°1.331-A de 17 de fevereiro de 1854**. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Rio Janeiro, 17 fev. 1854

COROA. **Decreto-Lei n° N° 2.040, de 28 de setembro de 1871**. 28 de setembro de 1871. Rio de Janeiro, 1871.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE. **Decreto-lei n° 2.033, de 20 de setembro de 1871, de 20 de setembro de 1871**. Altera diferentes disposições da Legislação Judiciaria. [S. l.], 20 set. 1871.

REGÊNCIA. **Decreto-lei n° 29 de novembro de 1832, de 29 de novembro de 1832**. Codigo do Processo Criminal de Primeira Instancia. Rio de Janeiro, 29 nov. 1832.

OUTROS

CARRANÇA, Thais. ‘A indústria virou pó’: como agro e mineração já superam manufatura no Brasil. **BBC News Brasil**, São Paulo SP, p. 1, 12 abr. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxr0v1vqdgqo>. Acesso em: 8 nov. 2023.

REIS, Vivian. SP tem 51 quilombos: sendo que 34 deles aguardam regularização fundiária pelo estado e União. **G1**, [S. l.], p. 1, 18 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/11/18/sp-tem-51-quilombos-sendo-que-34-deles-aguardam-regularizacao-fundiaria-pelo-estado-e-uniao.ghtml>. Acesso em: 8 nov. 2023.

RIBEIRO, Karina. Sem Respirar e Sem Água: Impactos da Seca Histórica no Amazonas. **O Eco**, [S. l.], p. 1, 6 nov. 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/sem-respirar-e-sem-agua-impactos-da-seca-historica-no-amazonas/>. Acesso em: 8 nov. 2023.